APOSTOLADO POSITIVISTA DO BRASIL

CURSO DE FILOSOFIA PRIMEIRA, PELO SR. R. TEIXEIRA MENDES

2ª Conferência, em 22 de Abril de 1908

A nossa lição de hoje é consagrada à apreciação da instituição da abstração teórica. Para isto, nós temos, em primeiro lugar, de considerar o papel da abstração teórica no conjunto da existência humana; depois, o quadro geral da ordem abstrata, de onde resultará a sistematização científica da concepção do Destino; e, em terceiro lugar, daremos a constituição religiosa dessa ordem abstrata, que vem a ser a sistematização da adoração do Destino.

Nós temos, portanto, que considerar em primeiro lugar o papel da abstração teórica no conjunto da existência humana; e para isto cumpre-nos, antes de tudo, fazer algumas observações preliminares sobre a maneira por que o ensino positivista é dado, isto é, acerca da fé.

Nós tínhamos visto na primeira lição que a educação tem por fim, na situação moderna, preparar-nos para uma existência pacífica; tínhamos reconhecido que esse destino não pode ser satisfeito senão mediante o ascendente da Religião da Humanidade, da religião definitiva. Isto nos levou a mostrar a necessidade do ensino dogmático como um dos elementos da educação, a mostrar que, em resumo, o ensino tem por objeto sistematizar princípios inculcados durante a primeira e a segunda infância.

Na lição de hoje temos de examinar justamente a natureza e as condições desse ensino e mostrar que ele é constituído essencialmente pelos conhecimentos da razão abstrata. Mas, como vos dizia, para poder julgar exatamente do alcance do estudo abstrato, para ver o modo por que é feito, as condições, portanto, em que ele deve ser adquirido, precisamos fazer algumas reflexões acerca da necessidade de subordinar a razão individual à fé coletiva.

Nós tínhamos dito que o ensino dogmático visava o estabelecimento de convicções inabaláveis, que constituem a nossa consciência individual e, por outro lado, a opinião pública. Sem a realização de semelhante desiderato, nós não poderemos libertar o nosso sentimento da inconstância, nem a nossa inteligência do ceticismo, da dúvida, da hesitação, nem a nossa atividade da irresolução. Somente a formação da nossa consciência, isto é, de convicções superiores a todas as flutuações afetivas e a todas as hesitações intelectuais, permite-nos assegurar a nossa felicidade e, portanto, a felicidade universal.

Para compreender o alcance dessas convicções inabaláveis no conjunto da nossa existência, basta ter presente o verso em que o Nosso Mestre resumiu as condições dela. Ele dizia que na nossa vida tudo se resumia em "agir por afeição e pensar para agir". Agir por afeição indica que todos os nossos movimentos e, portanto, todos os nossos atos são consequência imediata de nossas emoções, quer egoístas, quer altruístas. Mas esta ação imediatamente ligada ao sentimento é naturalmente cega e, pois, só em circunstâncias muito excepcionais ela pode satisfazer as condições mesmas de nossos deveres. É preciso que, depois desse ensaio empírico, venha a reflexão para nos esclarecer sobre a necessidade de manter ou modificar os primeiros atos, assim espontâneos. De sorte que nesse primeiro hemistíquio — agir por afeição — vemos a condição da espontaneidade, e na segunda parte — pensar para agir — vemos a condição da continuidade da ação.

São Paulo, que foi o fundador do catolicismo, segundo a demonstração de Nosso Mestre, hoje cada vez mais aceita, São Paulo já sentia a seu modo essa importância das convicções inabaláveis, porque, em uma de suas epístolas, enaltecendo sua fé, ele dizia que, mesmo quando um anjo descido do Céu proferisse o contrário daquilo que ele tinha pregado, que este anjo fosse anatematizado. Vendo em torno de nós flutuarem tantas almas boas, não podemos deixar de sentir praticamente quanto importam para nossa existência as crenças firmes e superiores a todas as solicitações de cada instante.

Propondo-se, portanto, o desiderato de alcançar tais convicções, o ensino dogmático visa justamente sistematizar aquilo que se alcançou na primeira e na segunda infância, e apenas faz prevalecer sistematicamente aquilo que antes fora espontaneamente obtido. O grande número de resultados, quer dizer, de conhecimentos adquiridos naquele período da vida; a importância desses resultados, como dissemos na nossa última reunião; a rapidez com que eles são alcançados; a estabilidade das convicções adquiridas então; tudo isto mostra o valor de semelhante método. Por consequência, nada mais natural do que mostrar, do que examinar em que consiste esse processo, para ver se ele não é o próprio para servir ao fim do ensino, que é justamente sistematizar, como já disse, as primeiras convicções.

Ora, examinando o modo pelo qual essas convicções são obtidas na primeira e na segunda infância, reconhece-se logo que o processo se resume na subordinação, cada vez maior, da razão à fé.

Que é razão? Que é fé?

Razão é a aptidão que têm os animais de apanhar as relações em que se acham com os diversos seres que os rodeiam e, portanto, as relações em que esses seres estão entre si,

ligando cada vez mais cada resultado ao conjunto dos resultados anteriores. E, em virtude dessa aptidão intelectual, que nós podemos até certo ponto sentir a ligação das coisas que existem fora de nós. Mas nós podemos apanhar de duas maneiras essa ligação. Ou nós apanhamos as relações que existem entre os seres diretamente, e, neste caso, temos o que se chama razão prática, razão concreta, sendo exatamente nisto que consistem os primeiros apanhados, porque nos tratamos é com seres, diretamente; ou então apanhamos as relações entre os atributos comuns aos diversos seres e é nisto que consiste a razão abstrata.

Na parte superior da escala animal, pelo menos a partir das aves, essa dupla aptidão se encontra, já se vê, em um estado que só foi desenvolvido na nossa espécie. Convém notar que as duas aptidões, já para apanhar as relações concretas, já para apanhar as relações abstratas (isto é, as relações entre os seres e as relações entre os fenômenos de que estes são a sede), coexistem; elas, porém, se desenvolvem sucessivamente no animal. O animal, como a espécie humana, começa pelo desenvolvimento da razão concreta, e o surto da razão abstrata vem depois, mas em breve as duas se combinam, sendo justamente desta combinação que resulta aquilo que se chama harmonia mental, ou equilíbrio intelectual. Esse atributo — razão — é o mais individual de todos os nossos atributos. Como todas as outras funções, ele depende do conjunto do organismo e, portanto, do meio também em que o organismo está mergulhado. Mas as influências do organismo sobre a inteligência são muito mais consideráveis do que as influências da inteligência sobre o conjunto do organismo. De sorte que a nossa opinião própria, isto é, a nossa razão, depende da capacidade intrínseca da nossa inteligência, da capacidade intrínseca do conjunto de nossos pendores, todos cerebrais, quer dos órgãos do sentimento, quer dos órgãos do caráter, do conjunto do nosso estado vegetativo, do conjunto do meio social em que estamos. De sorte que, já se vê que o estado da razão muda com a idade, com a situação do indivíduo e não só com suas situações normais, mas mesmo com as anormais.

Fé é a aptidão dos animais superiores, dos animais simpáticos, portanto, de identificarem seu estado cerebral com o estado cerebral dos entes que eles amam, sobretudo que eles veneram, e que veneram com bondade; de maneira que é a convicção ligada intimamente ao amor na sua mais alta expressão. Ora, o amor se compõe do apego, isto é, do amor entre iguais; da veneração, isto é, do amor para com os superiores; e da bondade, isto é, do amor para com os inferiores. A plenitude do amor supõe a combinação destes três aspectos. Se bem que a veneração tenda a prevalecer, todavia o amor adquire sua mais alta expressão justamente quando a bondade domina. Assim, no amor para com o passado, para com o futuro e para com o presente, sentimos o predomínio da bondade. Nós não podemos deixar de amar o

passado, o futuro, mesmo o presente, sem sentir uma exaltação da veneração; basta, porém, refletir que o passado não pode agir mais sobre nós senão mediante nossa dedicação; basta perceber que o futuro depende cada vez mais da nossa dedicação; basta notar que o concurso para com os contemporâneos exige da nossa parte uma dedicação também continuada, para não admitirmos dúvida quanto à preponderância cada vez maior que a bondade deve ter no conjunto da nossa existência.

É desta constituição altruística que resulta justamente a fé; e por isso o Nosso Mestre dizia: — "Fé coletiva"; porque, afinal de contas essa identificação do nosso cérebro com o cérebro dos entes que amamos, faz com que possamos identificar a nossa mesquinha inteligência com a inteligência colossal, por assim dizer, que representa o passado na nossa espécie, com toda a imensa evolução dela. Basta dizer que é só em consequência desta fé que, em poucos anos, a criança se identifica com o conjunto da civilização, em cujo meio surgiu. Semelhante fenômeno é apenas uma manifestação de uma lei geral que vamos ter aqui ocasião de indicar no estudo da filosofia primeira, que é a que se chama lei da imitação; e esta lei aplicada aos fenômenos superiores.

Pois bem, o início individual da instrução da criança começa pela razão, espontaneamente pela razão, isto é, pelo exercício espontâneo de seus órgãos intelectuais. Mas, notai como essa razão se exerce na criança; e tudo quanto dissermos da criança, diremos dos animais superiores, que não podem prover dos meios de sua subsistência sem o auxílio preliminar de seus pais. Sabeis que só na parte inferior da escala animal é que um ser desligado de seu progenitor pode providenciar logo quanto aos meios de sua subsistência; mas, a partir de certo ponto da escala animal, já não é assim: quanto mais elevada é a situação do animal na escala, tanto mais demorado é o tempo em que ele precisa dos cuidados maternos para subsistir. Pois bem, é pelo exercício da razão que o animal começa a formar a sua cultura mental; mas essa cultura mental se faz em condições de uma submissão forçada.

A criança não escolhe o seu meio, não tem mesmo liberdade de o escolher. Todo o mundo sabe as condições precárias em que o animal se desprende do seio materno, ficando, pois, em uma situação criada independentemente de sua vontade, de submissão involuntária, forçada. E, entretanto, assim que ele começa a exercer seus órgãos cerebrais, seus órgãos intelectuais; é pelo exercício de tais órgãos, nessa condição forçada, que ele vai apanhar as relações em que se acha com outros seres, a começar pela descoberta de sua Mãe, descoberta a que é levado pelo incitamento do instinto nutritivo, em breve reagindo sobre o da veneração, sobre o altruísmo o mais elevado — bondade, e sobre o apego, mas especialmente sobre a veneração. A combinação do instinto nutritivo com o da veneração preside ao

desenvolvimento intelectual da criança, chamando a atenção desta para o ente que vela especialmente sobre as condições da sua existência.

Em consequência desta cultura, a criança aprende, sempre por um trabalho de imitação, a língua materna, isto é, o conjunto de sinais que servem para estabelecer uma comunicação cada vez maior entre os sentimentos maternos e os dela, entre os pensamentos maternos e os dela. Feita esta descoberta da linguagem, a criança continua a exercer a sua razão. Não esqueçais, porém, nunca este ponto, que é capital: trata-se de submissão involuntária, a criança está em condições de submissão involuntária. E, assim, estais vendo aqui como a submissão, mesmo a submissão forçada, é a base do aperfeiçoamento.

Não é pela revolta que a criança aprende o que aprende: é pela submissão. Quer queiramos, quer não, é assim. Não é que a criança não tenha na cabeça os órgãos da revolta: como Santo Agostinho ponderava nas suas "Confissões", quando ele se revoltava contra a sua ama e fazia pequenas pirraças, por exemplo, já era pelo egoísmo, pelo orgulho, pela vaidade, etc. Esses órgãos da revolta, portanto, existem sempre; mas eles são subjugados pela condição forçada, pela subordinação em que a criança está, o que a obriga a tomar justamente o caminho mais conveniente para seu desenvolvimento. Pois bem, descoberta a linguagem, em breve a criança começa a apanhar o seguinte: que ela aprende mais depressa as coisas, adquire noções mais importantes, aceitando pela linguagem a experiência de sua Mãe do que recorrendo à experiência dela própria.

O resultado é que a criança deixa de exercer a sua razão em fazer novas descobertas, como as que fazia a princípio, quando não podia aprender coisa alguma senão porque a Mãe se lhe apresentava diante e correspondia às suas necessidades. Ela, agora, voluntariamente, emprega sua razão, em regra, não para fazer descobertas (para algumas, é certo; não quer dizer que não faça absolutamente: se uma borboleta passa por diante da criança, esta a vê, e não foi a Mãe que lhe trouxe essa descoberta); salvo nestas condições, porém, a razão é empregada, não para inventar, não para descobrir, mas para desenvolver as consequências do ensino obtido pela fé.

É esta a situação que Tomás de Kempis, na "Imitação", resumiu no verso que nosso Mestre tomou para uma das divisas, uma das epígrafes de sua "Síntese Subjetiva", isto é: "Toda investigação natural deve seguir a fé, e não precedê-la nem infringi-la." E nosso Mestre, em uma outra epígrafe, explicou porque era indispensável que fosse assim. Ele disse: "Entre o homem e o mundo, é preciso a Humanidade."

Com efeito, é através da Humanidade que o mundo nos domina. É assim que ele nos domina fisicamente, porque a Humanidade já constituiu, já preparou a Terra: nenhum de nós encontra a Terra como era; e, ao mesmo tempo, a Humanidade estabeleceu as condições artificiais em que nos devemos desenvolver: os mais miseráveis, hoje — e não somente aqueles que se julgam felizes — sofrem essa influência benéfica da Humanidade. É a excitação de nosso egoísmo que não nos deixa perceber a realidade da nossa situação. Assim, somos levados, simplesmente por esse egoísmo, a exaltar as superioridades, que de fato existem ou parecem existir, naqueles que julgamos em posição melhor que a nossa; e ele nos leva, por outro lado, a exagerar as durezas, as agruras de nossa própria situação, quando comparada com a daqueles.

Tomemos um exemplo concreto. Todo o mundo sabe o que é hoje um transatlântico. Entramos ali e encontramos uma cidade flutuante, reproduzindo a vida real das cidades; quer dizer, vemos no navio os contrastes que há na sociedade. De um lado, todo o conforto, o luxo mesmo: pode-se dizer que cada passageiro de primeira classe é um príncipe; e a verdade: o navio é feito quase exclusivamente para ele. É uma situação que choca logo. Agora, os passageiros de terceira classe vão nas condições mais desgraçadas que se pode imaginar. Tudo isto, porém, pode-se considerar como superficial. De fato, encaremos as condições capitais: quem vai com mais segurança, o passageiro de primeira classe ou o de terceira? Vão com a mesma segurança. Se o navio se perder, vão todos sofrer o mesmo destino; se o navio joga, se o mar é agitado pelos horrores da tempestade, sofrem todos igualmente. A questão é mais subjetiva do que objetiva. Compreende-se bem, portanto, que, tomadas as coisas como realmente são, as diferenças aparecem relativamente insignificantes. Quem as torna, pois, assim tão grandes? Somos nós. Imaginai S. Francisco de Assis: as vantagens do luxo seriam um ônus para ele, e as agruras da miséria constituiriam para ele coisa simplesmente agradável.

E não é só em uma situação artificial, de navegantes, que podemos ver estes benefícios gerais da Humanidade afetando, dominando a todos: mesmo na cidade, nas ruas, observamos isto. Afinal de contas, o mendigo, que anda pelas ruas do Rio de Janeiro, de Paris, de uma grande cidade, em suma, está em piores condições do que aquelas em que se encontra, por exemplo, o cacique de uma tribo selvagem? Não, decerto. E cumpre observar aqui, ainda, que grande parte dos sofrimentos do mendigo da civilização resultam da cultura, que provém do conjunto do desenvolvimento social. E, portanto, através da Humanidade que sofremos essas influências de toda ordem. Nossas opiniões, as aberrações mesmo que temos, são o resultado da cultura por que passamos. Assim, não ireis encontrar numa tribo selvagem, por

exemplo, todas as divagações metafísicas de nossos dias, quer dos metafísicos retrógrados, quer dos revolucionários.

É através da Humanidade que recebemos todos os benefícios de que gozamos, de qualquer natureza que sejam. As virtudes que temos, a vida, a honra, a riqueza, tudo quanto possuímos, veio da Humanidade. Compreende-se assim, porque razão não podemos pretender cultivar nosso espírito como se houvesse simplesmente — nós de um lado e o mundo de outro. Não; entre nós e o mundo, é preciso a Humanidade; e é o que significa o aforismo "É necessário subordinar a razão individual à fé coletiva", a fé constituída pela Humanidade, ao saber da Humanidade. Pois bem, essa fé é que constitui o bom senso vulgar; e é por isso que a verdadeira ciência é simplesmente um prolongamento do bom senso vulgar.

Isto vos mostra, então, como é que a influência exercida sobre nós pela Humanidade se faz sentir através dos indivíduos que ocupam as posições mais humildes, como através dos que se encontram nas posições mais brilhantes. Tomai a criança. Suponde essa criança num palácio de rei, suponde-a num albergue miserável; e a mãe dessa criança, rainha ou plebeia, irá transmitir-lhe a civilização em cujo seio a criança surgiu. O essencial, vão receber ambas as crianças. Nestas condições, a subordinação da razão à fé significa, no fundo, a subordinação do nosso individualismo, da nossa inteligência individual, ao saber coletivo, concretizado no bom senso vulgar. Esse estado de infância continua, apesar de todos os preconceitos revolucionários em contrário de nossos dias, continua depois que chegamos ao estado adulto. Qualquer de nós — sejam quais forem as pretensões que tenha à superioridade, à supremacia de sua razão — examinando o conjunto de noções, de convicções que possui, há de reconhecer que deve mais à fé do que à razão; quer dizer: sabe mais porque aceitou em confiança do que porque a sua razão se exerceu.

Nem podia ser de outra maneira: a vida seria impossível se não vivêssemos de fé. Entramos num edifício: quem nos diz que ele não vai desabar sobre nossas cabeças? Foi a nossa razão? Submetemos o edifício a algum exame, verificamos o estado de suas paredes, de seu madeiramento? Não; entramos nele porque temos confiança. Embarcamos a bordo de um navio: examinamos o navio, examinamos o comandante? Temos, sequer, capacidade para saber como é que o comandante vai dirigir a navegação? Não; entregamo-nos cegamente a ele, em confiança. Compramos os alimentos que servem para a nossa nutrição: algum de nós anda de retorta — tem mesmo conhecimentos para isto? — a examinar os elementos de que eles se compõem, para saber se são ou não venenos? Não; comemos o pão com toda confiança, certos de que ele nos vai nutrir. Que é tudo isto senão confiança, senão fé? Repito: a vida humana seria impossível se não houvesse continuamente a fé. Vivemos da fé e pela fé,

aprendemos pela fé; a razão não serve, não deve servir normalmente, senão para desenvolver as consequências; e, se os princípios aceitos são falsos, as consequências denunciam logo essa falsidade. A razão serve para estender, para aplicar os resultados da fé; princípios que aprendemos em certas condições, aplicamos depois em outras.

A confusão revolucionária, que vem do décimo quarto século, depois da desorganização do sistema católico-feudal, tentou subverter esta ordem, proclamando a supremacia da razão sobre a fé. Assim procedendo, a inteligência individual revoltava-se contra a inteligência coletiva, os vivos insurgiam-se contra os mortos, e isto a pretexto de um aspecto secundário, que evidentemente não correspondia à realidade. Quando a massa das concepções, dos conhecimentos, permanecia real, só porque uns quantos conhecimentos, uns quantos princípios estavam em falta, entendeu-se justo pôr tudo o mais em dúvida.

Ora, não há dúvida que isto era indispensável para certos espíritos. Concebe-se — nem podia ser de outro modo, dada a evolução cega que teve a Humanidade até o advento do Positivismo — concebe-se que fosse preciso que um Descartes, que um Bacon, fizessem tábua rasa de quanto o passado tinha dito e se instituíssem árbitros, dando balanço em tudo quanto anteriormente fora acumulado; mas Descartes, mas Bacon, não eram qualquer de nós. Eles representavam as personificações mais elevadas da espécie, eles estavam justamente no caso de realizar essa subordinação da razão à fé no mais alto grau. A fé, que a Humanidade foi construindo durante períodos inteiros, naturalmente foi se personificando em um certo número de indivíduos; estes constituem as autoridades. Compreende-se que, se as autoridades fossem sempre homens de primeira ordem, fossem sempre um S. Paulo, um S. Tomás de Aquino, elas próprias iriam modificando as suas descobertas primitivas.

A concepção teológica, católica, que S. Tomás de Aquino desenvolveu, é a concepção primitiva dos Padres da Igreja? Pois não sabemos que foi ele quem incorporou Aristóteles no sistema católico? É certo que a doutrina de S. Paulo filiava-se diretamente à doutrina de Aristóteles; mas, naquele intervalo, foi Platão quem prevaleceu, em consequência do estado geral da massa. Seja como for, porém, se o sacerdócio católico se tivesse composto unicamente de naturezas como S. Bernardo, como S. Tomás de Aquino, era natural que ele fosse continuamente modificando a doutrina, isto é, aperfeiçoando a fé, à medida que novos elementos iam sendo trazidos pela experiência da Humanidade. Infelizmente, não é assim: a maioria dos homens é medíocre, e, mesmo nas funções mais eminentes, é fatal que caiba à mediocridade a maioria dos cargos. Por outro lado, a fatalidade faz com que as naturezas eminentes muitas vezes não se entreguem ao sacerdócio: era o que se dava com Descartes, com Bacon, com Galileu, com Kepler, etc.

Nestas condições, e por uma série de circunstâncias que veremos no correr da exposição (porque, está claro, não podemos ter a pretensão de querer dar todo o Positivismo em uma lição), nestas condições, e só assim, compreende-se a luta contínua entre a razão individual e a fé. Descartes, tendo resumido o saber de seu tempo, tendo aprendido tudo quanto era possível aprender (e o mesmo se deu com Bacon, com Galileu), foi levado a sentir a contradição em que estavam o espírito humano e aqueles que de fato eram os representantes oficiais da mentalidade humana. Desde então, homens desta ordem se impuseram, como base da regeneração social, fazer tábua rasa de tudo. Eles estavam nas condições de fazer tábua rasa de tudo, mas mantendo provisoriamente aquilo que não podiam substituir.

Vede o pensamento de Descartes, que é característico a este propósito; e o que o torna principal precursor teórico do Positivismo. Ele teve de fazer, na sua obra, uma parte positiva e outra parte negativa, outra parte metafísica. Descartes, filósofo positivo, retomou a cultura dos antigos, e diz textualmente: "Eu começo onde os antigos ficaram". Ele tinha de fazer a regeneração científica, devia começar pela matemática: toma o último problema que os grandes geômetras da antiguidade não tinham podido resolver, transforma a ciência, como havemos de ver, e resolve esse problema, e a resolução de tal problema é o ponto de partida de sua concepção. Na Moral, Descartes diz: "Adoto como regra os princípios que eu não puder substituir; adoto os princípios da sociedade, do meio em que estiver".

Ora, foi esse sentimento de respeito, de veneração pelo passado, que encontramos sempre em todas as grandes almas, foi este sentimento que susteve Clotilde, a inspiradora de nosso Mestre, apesar de todas as perturbações a que ela estava exposta, como estava exposto o Ocidente. Dizia ela: "Eu respeito as regras supremas da sociedade; as grandes instituições humanas são respeitáveis como o labor dos séculos". As suas desgraças não fizeram dela uma revoltada. Fato idêntico se deu com Descartes: aquilo que ele pôde substituir, substituiu, deixando o que não podia substituir. Vê-se, de fato, que essas grandes almas, parecendo revoltadas contra o passado, na realidade subordinaram a sua razão à fé coletiva.

O vulgo das naturezas, porém, não é assim; o vulgo das naturezas, em virtude de sua inferioridade moral, isto é, da energia de seus instintos egoístas, da insuficiência de seus instintos altruístas, da fraqueza de sua inteligência, não sabem duvidar e esperar, e, enquanto duvidam e esperam, não sabem deixar de "derrubar em torno de si as perturbações que sofrem". A consequência é que, por um lado, elas, as naturezas vulgares, se degradam, e, por outro, arrastam os mais à degradação; ou, pelo menos, perturbam o conjunto da existência social. E o espetáculo a que assistimos em nossos dias, é o espetáculo a que a Humanidade

teve de assistir, cada vez mais anarquizada a sociedade, a partir do décimo quarto século, isto é, depois da ruptura do laço católico-feudal.

Vós compreendeis, pois, que, se as doutrinas são criadas pela Humanidade em certas condições, nenhum de nós pode assimilar essas doutrinas, nenhum de nós pode compreendê-las sem que se coloque nas condições em que a Humanidade estava quando as criou. E, se a Humanidade cria essas doutrinas justamente personificando-se nos grandes tipos, como é que pretendemos que a nossa fraca inteligência possa se identificar (porque a tanto equivale aprender) com a inteligência de um Augusto Comte, de um Descartes, de um Gall, de um Bichat, sem que nos coloquemos previamente nas condições em que eles realizaram suas descobertas?

A arte, por este lado, oferece exemplo mais edificante do que a ciência, porque todo o mundo sempre sentiu que não é possível apreciar a obra de um artista sem se colocar no ponto de vista do mesmo artista. Isto não é apenas verdade quando vemos um quadro. Se nos colocarmos diante de uma tela em qualquer posição, acabaremos até por não ver coisa alguma. Temos de nos colocar no ponto de vista em que ela foi feita. Não é menos verdade que, quando lemos uma epopeia, é preciso que nos identifiquemos com o autor. Ninguém se lembra de agarrar, por exemplo, a "Divina Comédia" e de transpor os cantos. Sim, podíamos começar pelo "Paraíso" ou pelo "Inferno", ou pelo "Purgatório"... Mas, afinal, não teríamos ideia completa do poema de Dante. Se começarmos a ler a Divina Comédia baralhando os cantos, ficará tudo estragado; se agarrarmos um quadro de Raphael, se o retalharmos e colocarmos os pedaços em qualquer ordem, ele nada mais valerá.

Os indivíduos, entretanto, entendem que podem agarrar a "Geometria Analítica" de Augusto Comte, ou a "Geometria" de Descartes, ou o "Tratado dos Princípios" de Newton, e baralhar tudo, acham que a ordem das teorias é indiferente... Todos os que estudamos há alguns anos sabemos que hoje não se aprende a Física na ordem em que aprendemos. Não quero dizer que como aprendemos fosse o modo conveniente; mas seguia mais de perto a ordem histórica das descobertas, aproximava-se mais da realidade do que o estudo feito pelo modo caprichoso por que se faz hoje, como teremos ocasião de ver. Porque isto? Porque a ciência não teve, antes de Augusto Comte, o caráter sintético que teve a arte, justamente porque a ciência está mais apartada do sentimento do que a arte.

A veneração, que é a base da subordinação da razão individual à fé coletiva, não é só indispensável para ensinar; é indispensável para aprender. É indispensável para aprender, como é para ensinar: quem ensina, não faz mais do que transmitir a quem aprende o conjunto

das doutrinas criadas pela Humanidade; aquele, portanto, que ensina, ou que pretende ensinar, não pode transmitir convenientemente esse ensino se não venerar o conjunto dos que construíram o saber da Humanidade. Quem aprende, também, não pode aprender convenientemente, por tudo quanto vos acabo de dizer, sem se subordinar, sem essas condições de docilidade. "Docilidade", como sabeis, significa — pendor para a obediência, mas também — disposição para aprender. Não foi embalde que a linguagem vulgar reuniu, em uma mesma palavra, coisas que parecem diferentes. Uma criança dócil, uma pessoa dócil — quer dizer não somente uma pessoa ou uma criança obediente, mas também que tem disposição para aprender.

Não é, entretanto, só para aprender e ensinar que a veneração é indispensável: é também para inventar. Não há diferença essencial entre inventar e aprender. "Aprender" é apanhar uma certa doutrina nas condições artificiais instituídas pelo preceptor, em vista do conhecimento que este tem do ouvinte, ao aluno. "Inventar" é apanhar uma certa proposição, uma certa verdade, em suma, servindo-se unicamente das condições que a Humanidade houver instituído espontaneamente e que a natureza apresentar. Foi por isto que, transmitindo a um amigo, de Alexandria, uma de suas famosas descobertas, Arquimedes disse "que ele não tivera senão o trabalho de apanhar onde elas estavam as leis que formulava: não tinha inventado". Agora, todo mundo estava vendo as coisas que ele tinha visto e ninguém fizera a descoberta que ele realizara. No fundo, porém, é isto. O nosso cérebro vai hoje, quando estudamos, passar pelo mesmo exercício, pela mesma atividade por que passou o cérebro de um Arquimedes; mas nós em condições muito mais fáceis, porque já encontramos reunidos os objetos, os elementos que ele achara esparsos na natureza e que ele juntou, o que pôde fazer em virtude da superioridade de sua inteligência sobre a nossa.

A veneração, portanto, disse eu, é tão indispensável para quem aprende, como para quem ensina, como para quem inventa; e, por isto, Vauvenargues dizia que "os grandes pensamentos vêm do coração", e é por virem do coração que não podem ser compreendidos senão nos limites de nossa inteligência guiada pelo coração. Poderíamos citar muitos exemplos disto, sendo um justamente a conferência passada. Se não fosse essa disposição, teria sido impossível a apresentação da série de noções que eu vos apresentei.

Mas, essas considerações servem também para mostrar os inconvenientes do ensino acadêmico, que está espalhado hoje por toda a parte, porque ele faz prevalecer a razão por tal forma, que quem ouve qualquer dos professores acadêmicos acha-se exposto a pensar que tudo quanto está dizendo foi por ele descoberto. Mesmo aqueles que se preocupam com o ponto de vista histórico, pensam que isto consiste em dizer simplesmente que Fulano

descobriu tal coisa em tal data. Com isto chega-se ao seguinte resultado: em obras que pretendem trazer a bibliografia do assunto, encontra-se um catálogo tão grande de livros, que muitas vezes pode-se racionalmente provar que era impossível para o autor ter lido tudo aquilo. Todas as coisas, tudo tem o limite do tempo, e que tempo seria necessário, pergunta-se logo, para ler as obras citadas em tais catálogos? O que se pretende mostrar assim é contrário à verdadeira filiação da doutrina, filiação que, como tive ocasião de dizer, supõe exatamente os órgãos principais.

Não foi todo o mundo que tratou de um assunto que contribuiu para avançá-lo; nem todos que fizeram observações secundárias a seu respeito contribuíram para avançá-lo; fazê-las, não serve de nada; as grandes descobertas são as que põem os problemas, mas estas, só os grandes gênios as fazem, para continuarem a ciência, como os grandes artistas para fazerem as epopeias, etc. O processo defeituoso resulta precisamente do predomínio da razão no ensino, no exercício mental; é daí que vem que se acredite na possibilidade do ensino fragmentário e analítico. Por tudo quanto vos acabo de dizer vê-se que o verdadeiro ensino não pode ser dado senão por professores enciclopédicos.

Trate-se da questão mais simples, da teoria da numeração, por exemplo. Parece que a pessoa que sabe escrever um número, saberá dar a teoria da numeração: porque não há de saber? Entretanto, não é assim. A numeração, por quem foi feita? Pela Humanidade. Quantos séculos não levou ela para organizá-la e quais as condições em que o fez? Pois bem, é possível resolver tudo isto sem conhecer o histórico da evolução da nossa espécie? O resultado é que o ensino dado vulgarmente é falso, é falseado. O indivíduo pode saber escrever o número, mas isto é saber precisamente o que há de mais fácil, o que há de mais superficial. Mas será ele capaz de responder a esta simples pergunta: porque os Gregos, tão adiantados, que tiveram um Apolônio, um Arquimedes, que conheciam a numeração decimal, não estabeleceram uma notação mais conveniente? Porque essa notação foi ser tomada nas castas teocráticas da Índia, que não tinham ainda um Apolônio, um Arquimedes, a julgar grosseiramente pelas coisas, porque não tinham a geometria de nenhum desses dois sábios? Pois bem, não encontramos antes do positivismo, fora do Positivismo, fora de Augusto Comte, ninguém que, no meio acadêmico responda a semelhante pergunta. A resposta só foi dada por Augusto Comte.

Por que razão Kepler, que não era superior intrinsecamente, intelectualmente a Hiparco, não dispondo de maiores dados do que dispôs Hiparco, formulou o sistema do movimento planetário, que ele formulou e que Hiparco não tinha formulado? Porque o dogma mesmo do movimento da terra só veio a prevalecer no 17º século e não prevaleceu desde que os

teocratas o pressentiram? Fora de Augusto Comte ninguém respondeu a esta pergunta. Não se trata da questão astronômica em si mesma: é da história do pensamento da Humanidade acerca do fenômeno. Antes de tudo, é preciso saber como foi ela construindo e modificando o seu pensamento, qual a série de condições a que este pensamento obedeceu.

Depois de todas estas reflexões que vos mostram as condições em que o ensino abstrato vai ser feito, podemos mais rapidamente considerar o objeto da nossa lição de hoje. Como dissemos, devíamos começar, em primeiro lugar, mostrando o papel que representa a abstração teórica no conjunto da existência humana. Mas, notai, antes de tudo, a necessidade da abstração teórica.

Tínhamos visto, primeiramente, que os nossos conhecimentos têm todos por objeto dirigir a nossa conduta ativa — a ação — e a nossa conduta passiva — a resignação, a ação sobre nós mesmos. Tínhamos visto igualmente que a nossa ação baseia-se na nossa resignação, porque nós só podemos agir utilmente depois de conhecermos as condições a que nos temos de submeter, depois, em uma palavra, de conhecermos as leis naturais dos fenômenos. Daí é que resulta a distinção dos nossos conhecimentos, em conhecimentos relativos à imutabilidade, à invariabilidade, à fatalidade, em suma, e conhecimentos relativos à modificabilidade.

Mas precisemos o que significa a fatalidade. Toda a nossa conduta, quer se trate de resignação, de nos conformarmos com aquilo que não podemos mudar, quer se trate de ação, de modificar, portanto, aquilo que é acessível à nossa intervenção, só se pode exercer sobre seres ou em relação a seres que nos rodeiam; mas, como dizia há pouco, estes seres nos afetam pelo conjunto dos atributos, quer dizer, pelas manifestações, pelo modo por que eles se põem em contacto conosco. Compreende-se que quanto mais influência tenham sobre nós ou quanto mais seus atributos influem sobre nós tanto mais facilmente eles poderão ser apanhados. Estas relações, porém, dos seres para conosco, podem ser apanhadas de dois modos. De fato, ou nós damo-nos conta do conjunto de fenômenos que definem cada ser, e é isto que se chama razão concreta, como dizia há pouco, ou nós procuramos apanhar as influências, as relações de cada atributo para conosco e com tudo, abstraindo dos diversos seres e considerando os mesmos atributos em todas as coisas, não só realizadas, mas até imagináveis, e é isto o que se chama razão abstrata.

Como vos disse também há pouco, estes dois modos de raciocinar coexistem, mas seus surtos são sucessivos; quer dizer, nós começamos exercendo a nossa razão concreta e só posteriormente é que desenvolvemos a nossa razão abstrata. Entretanto, ambas, isto é, o

conhecimento dos seres e o conhecimento dos fenômenos em separado dos seres, têm suas vantagens e têm seus inconvenientes. Vamos ver a explicação destas vantagens e destes inconvenientes.

A nossa conduta não pode ser regulada sem que sejamos capazes de prever os acontecimentos, isto é, saber o que vai acontecer antes que o acontecimento tenha se dado. Esta necessidade de previsão é indispensável tanto para a resignação como para a ação. De outra maneira, sem previsão, não pode haver regulamentação da nossa vida; e toda a nossa ciência tem essencialmente por fim essa previsão; é a esta circunstância que está sujeita a nossa capacidade de ação, conforme um aforismo formulado por Bacon em uma combinação. Dizia ele: saber é poder. Mas, não explicava como é que o saber era poder. Foi Augusto Comte que tornou claro o termo médio que liga o saber ao poder, dizendo: Saber para prever, prever para prover; de sorte que saber é poder, porque saber nos habilita a prover.

Essa previsão, porém, torna-se impossível sem que nós estabeleçamos regras invariáveis para todos os casos. A sabedoria vulgar proclama a impossibilidade de regras invariáveis, porque conhecemos todos o anexim popular "não há regra sem exceção", o que equivale dizer: que não há regra invariável. Notai bem esta situação fatal. A nossa conduta não pode ser sistematizada sem a previsão, que não é possível conseguir sem regras invariáveis; mas estas não podem existir desde que não há regra sem exceção. Como sairmos desta colisão?

É justamente pelo concurso da razão abstrata, com a razão concreta. A grande missão da razão abstrata é a instituição de regras gerais, que, depois, a razão concreta adapta à multiplicidade dos casos particulares. Mas como é que a Humanidade instituiu essas regras gerais? Da seguinte maneira. Em vez de estudar o fenômeno reunido a todos aqueles, que concorrem, em um mesmo momento, em cada corpo, a Humanidade considerou o fenômeno em separado do corpo. E daí que vem a palavra abstração: abstrair, arrancar.

Considerado o fenômeno em separado de todos os outros com que ele se apresenta no mesmo corpo, procurou a Humanidade compará-lo com todos os fenômenos análogos onde quer que eles se achassem. É isto que se chama abstração teórica; abstração para ver, para comparar, contrastando, como havemos de observar daqui a pouco, com aquilo que se chama abstração afetiva, estética e com aquilo que se chama abstração prática. Mas depois de apanhar esse fenômeno, de considerá-lo em separado, a Humanidade estuda as relações entre ele e outros.

Ora, os fenômenos que nos oferecem os seres todos acessíveis à nossa contemplação, são em número limitado. A multiplicidade dos seres se nos apresenta desde então como sendo apenas o resultado da combinação destes fenômenos, em número muito limitado — dois a dois, três a três, quatro a quatro; e isto por modo diferente e em graus de intensidade diferentes. Separados esses fenômenos, a Humanidade apanha as relações entre eles, relações que, portanto, dominam todos os casos particulares; a Humanidade combina os fenômenos da maneira mais conveniente e forma então os tipos abstratos, quer dizer tipos constituídos pela concepção abstrata dos fenômenos. Tipo quer dizer modelo, a Humanidade forma os modelos, que têm dois destinos. Por um lado, eles servem para nos fazer compreender os corpos que existem. A nossa astronomia abstrata que é? Uma construção destinada a representar o espetáculo celeste com o grau de aproximação exigido pelo conjunto de nossas necessidades. Foi para atender a elas que se criou, por assim dizer, um céu ideal; é a este céu, a este sistema planetário ideal, que tratamos de adaptar os conhecimentos do sistema planetário real.

Mas não é só para isto que servem os tipos abstratos. Criados esses a Humanidade constrói seres artificiais, seres que não existem fora de nós, como por exemplo, as nossas diversas máquinas. Onde existe a máquina a vapor? Onde existe o navio? Onde existem os tecidos? A natureza não oferece nada disto, apenas oferece elementos para fazer isto; a Humanidade concebe, constrói esses tipos na sua cabeça e depois passa a realizá-los praticamente. Ora, sabeis também que há sempre uma diferença entre o tipo concebido e o tipo executado. Não é só tomando as coisas complicadas, como as máquinas. Tomai um elemento simples, um retângulo, por exemplo; a Humanidade o imagina, mas onde existe ele? Onde existe mesmo uma linha reta? Só existem na cabeça dos geômetras, isto é, da Humanidade; fora de nós, tudo quanto pudermos fazer, são coisas dando ideia de uma linha reta, não são linhas retas.

O círculo. Onde pode existir um círculo perfeito, ou simplesmente um círculo? Porque se não é perfeito não é círculo. Só na cabeça dos geômetras, fora de nós não existe, ou só pode existir uma figura mais ou menos parecida, mas círculo não é. Notai, entretanto, o seguinte: na prática, não precisamos que a figura seja exatamente circular. Precisamos, por exemplo, de um cilindro, aproximadamente circular, embora não o seja geometricamente. O ouro puro, o oxigênio puro não existem; só existem na cabeça dos químicos. É a prática que vai graduar essa assimilação dos corpos, reais ou artificiais, aos tipos abstratos criados pela Humanidade.

Pois bem, é a isto que Augusto Comte chama passagem do abstrato para o concreto e passagem do concreto para o abstrato. Tomemos para exemplo um ser qualquer. Graças ao

conjunto do saber humano, vamos dizer logo, por exemplo, se é animal... Bem entendido, se estiver dentro dos limites em que o podemos afirmar, porque é preciso não esquecer que a Humanidade só pode saber as coisas relativamente a uns dados limites. Assim, o que é infinitamente pequeno não pode ser conhecido; além de certos limites, para nós é como se não existisse. Tomar pois, um ente microscópico e querer decidir se é planta ou se é animal, constitui problema, pode-se dizer, insolúvel; e é o que explica as discussões todas do mundo acadêmico. O fato é que não temos necessidade de saber disso: o nosso interesse circunscreve-se a certos limites, e daí por diante, para nós, é indiferente.

Voltemos, porém, ao caso que figurei. Diante daquele ser, não nos limitamos a dizer que é um animal: só pelo exame de seu exterior, e graças à classificação de Blainville, vamos dizer qual o ponto da escala animal em que ele está e dizer, ainda, como é ele constituído por dentro, naquilo que não vemos. Podemos dizer qual o seu sistema vegetativo, qual a sua constituição cerebral, isto sem precisar destruir o animal e unicamente pela inspeção dos atributos exteriores. E porque o podemos? Porque a Humanidade construiu os tipos abstratos dos diversos seres que a afetam. Ora, na hipótese figurada, se tomamos um animal e queremos saber o que ele é, passamos do concreto para o abstrato, isto é, procuramos, na escala abstrata dos seres o ente que se assimila àquele. Agora, se tomamos o caso abstrato e queremos realizá-lo, aí é a passagem do abstrato para o concreto.

E é nisto que consiste toda a dificuldade da harmonia mental, da harmonia prática. O ideal dos teóricos abstratos, isto é, dos teóricos que não atendem às condições da teoria, às condições reais, religiosas da teoria, é tornar quase que dispensável a prática. Vemos isto nas pretensões relativas à engenharia e mesmo a outras artes que se estão desenvolvendo: pretende-se, por exemplo, formar um engenheiro simplesmente na escola. Não; é impossível, porque a questão mais simples da engenharia é uma questão prática, que a ciência não pode prever.

Vou tomar um exemplo muito simples. Trata-se de saber qual a quantidade de terra que existe em uma montanha, supondo que toda ela seja formada de terra. É um problema que a geometria não resolve e cuja solução depende do critério do engenheiro. A geometria não trata de montanhas: trata de corpos definidos — prismas, cilindros, cones, paralelepípedos, etc. — e o indivíduo, para avaliar a quantidade de terra da montanha, precisa assimilar esta a um conjunto de corpos (porque não pode assimilar a um único) daqueles que a geometria ensinou a medir, porquanto ela só ensinou a medir esses corpos determinados. Do critério do engenheiro ao assimilar a montanha a esses corpos ideais que a geometria definiu vai depender a avaliação mais perfeita ou mais grosseira. Também já se sabe que, na prática, a

avaliação não precisa ter a exatidão que tem a geometria, que, mesmo quando a avaliação não pode ser exata, fornece meios para levarmos tão longe quanto queiramos sua aproximação, relativamente aos tipos abstratos. Na prática, não é preciso tanto; em todo caso, a melhor ou pior avaliação depende, como dissemos, do critério de quem a faz.

Por isto, dizia Augusto Comte que nenhuma arte, nem mesmo as artes matemáticas, pode deixar de ser empírica. E o que se dá com a medicina, a mais complicada de todas as artes, porque considera o homem no caso mais complicado de todos: a perturbação humana. Supondo todos os aperfeiçoamentos da medicina, será sempre impossível diante de um doente, afirmar exatamente qual o estado dele. O médico, diante de um enfermo, que vai fazer? Assimilar o estado deste, o caso particular que está vendo, aos diversos tipos abstratos, que constituem o que chamam — moléstias. Diz, por exemplo, que o doente tem febre amarela; mas que é a febre amarela? É um tipo abstrato, criado simplesmente pela patologia. O médico não encontrará talvez, no correr de sua vida, um caso reproduzindo tal tipo precisamente como foi descrito, mesmo porque muitos dos sintomas não podem ser apanhados. Efetivamente, a nossa linguagem é toda ela simpática, nós só podemos comunicar aos outros aquilo que eles são capazes de sentir, e na moléstia há coisas inteiramente individuais. Nestas condições, só cada um pode ser seu verdadeiro médico. E como? Tratando de aprender tudo quanto a Humanidade instituiu, de maneira a subordinar a sua razão, enquanto esta puder funcionar, aos seus conhecimentos, ao conjunto desses dados.

Seja como for, na passagem do abstrato para o concreto é que reside toda a dificuldade, a qual se apresenta, por exemplo, quanto à educação. É muito vulgar ouvirmos dizer: — filhos do mesmo pai e da mesma mãe, educados da mesma maneira, e qual o resultado que se teve? Um disparate: um prestou e outro não prestou! Mas isto está errado; filhos do mesmo pai e da mesma mãe não são os mesmos, porque (portanto) é preciso que se dirija a educação conforme o caso, conforme a natureza das duas crianças, vendo o que convém fazer de modo diferente para obter o resultado mais aproximado, e conseguir de cada um aquilo que ele pode dar. Uma mãe que se mete na cabeça, só porque gosta de pintar, transformar o filho em um Raphael, quando ele não dá para pintor, vai perder o tempo, torná-lo prejudicial à sociedade, quando podia torná-lo muito útil se se contentasse em fazê-lo pedreiro, carpinteiro, ferreiro: e assim por diante. Em tudo isto, do que se trata? De, como vos disse, passar do ponto de vista abstrato para o ponto de vista concreto. As duas coisas são indispensáveis: há necessidade da razão abstrata, e resulta daí a necessidade de instituir regras gerais, mas a razão concreta é indispensável, porque é ela que trata com os seres, e afinal nós

agimos em relação aos seres, é ela que pode adaptar os diversos tipos abstratos aos vários casos concretos, examinando as circunstâncias particulares de cada caso.

Qual o valor, então, da concepção abstrata? Limitar os nossos tateamentos, o nosso empirismo; e só assim este se combina com o dogmatismo; se não fosse o ensino da razão abstrata, andávamos às cegas, ficávamos ora aquém, ora além da realidade. O tipo abstrato nos dá logo um limite a nossos ensaios: ficamos sabendo que temos de agir dentro de certos dados. É isto, repito, que mostra a necessidade de combinar o ponto de vista da razão abstrata com o ponto de vista da razão concreta. Vê-se então em que consiste a verdadeira diferença entre teóricos e práticos.

Muita gente pensa que teoria é fantasia. Sim; há teorias que o são, mas estas deixamos de lado; as científicas, entretanto, são indispensáveis trate-se do que se tratar, de geometria, como de política, ou de moral. Os nossos democratas, os nossos políticos, pensam que é estadista aquele que dispõe do tesouro nacional e da força pública, e que quem se acha de fora, não tem nada disto, está divagando. Foi sempre a história até aqui; no futuro não há de ser assim, porque a Humanidade vai acumulando esses conhecimentos, que se derramam, e invadem cada vez maior número de cérebros. Dizia-vos, porém, que, quando a razão teórica é científica, tem eficácia considerável.

Basta ver o que a indústria está fazendo. Seria possível a nossa indústria moderna sem o auxílio da ciência? Pois bem, as maravilhas que obtivemos na indústria se obterão amanhã na política e na moral, quando os estadistas se servirem da moral científica, da sociologia científica, como os industriais se servem da astronomia, da física, da química, da biologia. Vemos, pois, que a verdadeira diferença que existe entre teóricos e práticos não é que uns tratem da razão abstrata e outros da razão concreta. A diferença entre uns e outros é que aqueles se preocupam com a concepção e estes com a ação; quer dizer, uns se preocupam com a ação sobre o homem e outros com a ação sobre as coisas e sobre o homem também, mas por meios materiais.

Os verdadeiros teoristas agem sobre o homem, o fenômeno humano, unicamente com os recursos privativos da Humanidade; os práticos atuam sobre a natureza inorgânica e sobre o homem, não só pelos meios privativos da natureza humana, como pelos meios materiais também. Por exemplo, o sacerdócio aconselha, convence, persuade. Ora, o conselho, a convicção, a persuasão são privativos da natureza humana, quer dizer, dos animais superiores. Todo o mundo vê que o cachorro, que nós podemos adestrar, obedece, sem medo, por amor, por veneração. Podemos, pois, agir por este meio. Agora, isto não basta

para dirigir todas as naturezas; basta para a quase totalidade, mas há naturezas perversas, os que se chamam criminosos; para estas não basta o conselho, a convicção; são necessários meios violentos; é preciso com elas o emprego da força bruta, agir sobre elas como se age sobre uma pedra. Se uma pessoa está dentro do tipo humano, e é necessário que vá daqui para ali, para acolá, ela vai; mas se está fora, se está aberrada do tipo humano, a fim de ir de um lugar para outro, é preciso prendê-la para a levar e alguém acompanhá-la, fazer-se como se faz com uma pedra, porque não obedece de outra maneira.

Vemos, pois, a distinção verdadeira entre o ponto de vista teórico e o prático. A fim de sistematizar a passagem da teoria para a prática, a Humanidade instituiu um certo número de doutrinas, tanto no domínio superior, como no inferior. Basta citar algumas. No domínio inferior, existe o que se chama geometria descritiva, que não é ciência nova, e apenas a aplicação dos conhecimentos geométricos. É fácil de conceber como é isto. Suponha-se que se quer representar um quadro, que um pintor trata de fazer um quadro em uma superfície plana. Sabeis que a propriedade desse quadro é olharmos para ele e termos a ilusão do relevo, vermos tudo como se estivesse em relevo. Pois bem, isto obedece a um certo número de regras geométricas. Podemos determinar quais as condições em que as figuras devem ser deformadas a fim de que, olhando para elas, vejamo-las como se de fato estivessem destacadas do quadro. Estas condições variam conforme a natureza das telas. Em geral, são planas; as leis para construir figuras em tais circunstâncias são umas. Mas imagine-se que queremos fazê-las cilíndricas, ou cônicas; já as leis não são as mesmas; quer dizer, as leis geométricas são as mesmas, mas a aplicação é diferente.

Suponha-se que queremos construir uma certa abóbada, de determinado feitio. Hoje temos recursos muito maiores para fazer isto; mas antigamente não podia ser feito senão dividindo a abóbada em pedaços, construindo cada um em separado, e depois arrumando-os. Ora, as pedras, quando tiradas da pedreira, não têm a forma precisa; é necessário, por exemplo, reduzi-las a paralelepípedos, depois cortá-las de modo adequado, de acordo com a figura imaginada. Pois bem, os meios de realizar isto não constituem uma nova geometria; há processos práticos para realizá-lo, que foram construídos, ou pelo menos sistematizados, por Monge.

Assim também com as máquinas, por exemplo, quanto à transformação dos movimentos: os movimentos que obtemos são geralmente ou circulares, ou de vai-e-vem retilíneos. Combinando estas duas espécies de diversas maneiras, podemos ter de resolver uma porção de problemas. De antemão, podemos elaborar uma teoria da transformação dos movimentos retilíneos ou curvilíneos, etc. É o que se chamam mecanismos. Conhecido isto podemos em

um momento dado, se temos algum movimento para transformar em outro, rapidamente achar os órgãos precisos para isto, sem novo trabalho.

No mesmo sentido podíamos apresentar outras considerações quanto à moral, à política, ao governo e à sociedade. Uma coisa é sociologia e outra coisa é política; uma coisa é moral teórica e outra coisa é moral prática. A sociologia estuda as leis naturais do desenvolvimento e da organização da sociedade; a política, segundo estas leis, estuda os meios de governar a sociedade, isto é, de dirigi-la para a realização do bem comum. Pois bem, essa política equivale, no domínio superior, a um meio de passar do ponto de vista teórico para o ponto de vista prático, isto é, da razão abstrata para a razão concreta.

Na educação, a mesma coisa: temos a moral, que é o estudo abstrato da natureza humana: quando muito distinguimos a diferença entre os sexos; comparamos o feminino com o masculino, etc. Mas a educação, que é? É o meio de preparar a natureza humana de maneira a realizar o mais possível o tipo geral descrito pela moral teórica. Então, decompomos a existência humana. Na moral teórica, por exemplo, não consideramos as idades; tomamos o tipo característico do homem, descrevemos-lhe as funções; damos o quadro cerebral da sua natureza: o homem tem sentimento, tem inteligência, tem atividade; vemos quais os órgãos do egoísmo e quais os do altruísmo, sem nos importar se se trata de uma criança, de um velho, de um gênio, de um idiota; todos têm as mesmas coisas na cabeça, e as variedades todas significam variações na intensidade; descrevemos a harmonia cerebral, sem tratar de saber de quem, se da mulher, se do homem; todas elas obedecem às mesmas leis.

Mas, trata-se de aplicar esses conhecimentos à educação, quer dizer, ao desenvolvimento da natureza humana. Então, não: temos de tomar diversos casos. Começamos dividindo a vida do homem em uma série de idades; vemos qual o limite máximo de idade a que o homem pode atingir e dividimos a sua existência em primeira infância, em segunda infância, adolescência, virilidade, e vamos por diante. Durante a primeira infância, indagamos como a natureza humana deve ser desenvolvida, etc. Tudo isto constitui a moral prática. Ora, essa moral prática não dispensa, depois, a sagacidade, a solicitude materna, não dispensa o critério sacerdotal, não dispensa depois a ação da mulher, do irmão, de uns homens em relação aos outros. Dá um certo número de regras gerais, que ainda são abstratas, porque não temos de tratar com um menino de sete anos, mas sim com Pedro, com Sancho, com Martinho, com um menino particular, determinado e dentro de certa idade, ao qual temos de aplicar aquelas regras. Já se vê que é preciso o critério de cada um para o fazer. Em todo o caso, esses diversos exemplos já nos permitem ver o que é a passagem do abstrato para o concreto.

Isto posto, podemos considerar agora os diversos graus de abstração. Toda a abstração tem sempre por fim, repito, uma criação de tipos abstratos, de sorte que todo pensamento, todo exercício mental começa por uma imagem concreta e deve acabar por uma imagem também. Todas as vezes que a nossa inteligência não toma por ponto de partida uma imagem, funciona errado, o trabalho mental é incompleto. Partimos da contemplação dos seres, que é uma contemplação de imagens concretas, e passamos à contemplação dos fenômenos que se apresentam, abstraindo dos seres. Feito este estudo, construímos de novo outros seres tipos, modelos, mas estes em condições diferentes.

Temos assim a abstração estética, como vos dizia, tendo por objeto criar tipos e modelos destinados sobretudo a satisfazer nossas tendências altruístas, nossa aspiração ao aperfeiçoamento: é o que constitui o ideal do belo. Temos depois a abstração teórica, propriamente dita, a abstração científica, que tem por fim instituir tipos capazes de nos representarem a realidade, de modo a dirigir nossa ação sobre ela, o ponto de vista e a verdade. Em um caso, como no outro, é um tipo ideal. E é engano supor que a verdade é muito distinta da idealidade. A verdade é idealização, como a idealização é verdade, e em ambos os casos temos apenas a representação abstrata da realidade. Apenas o processo é que muda, obrigando a maiores ou menores abstrações.

Suponhamos que estamos na nossa raça, na raça portuguesa, que foi que abriu à Humanidade os horizontes da grande navegação; imaginemos que se trata de entusiasmar um homem pelas grandes navegações: o meio é entregar-lhe um tratado de navegação? Em primeiro lugar ele não o poderia ler, não tendo naturalmente os conhecimentos precisos para entender aquele livro. Mas entregai-lhe os LUSÍADAS, obra que está ao alcance de todo o mundo que sabe ler português; o indivíduo lê a descrição da viagem de Vasco da Gama, por exemplo, fica naturalmente com seu sentimento exaltado: se tem já uma certa inclinação para semelhante vida, acha-se com disposição de ler, de estudar um tratado de navegação, de aprender a realizá-la, porque com os LUSÍADAS ninguém vai realizar uma navegação. Compreendeis bem que em ambos os casos o que se pinta é a realidade; apenas o modo de a pintar, de a representar é que varia; a questão é simplesmente do grau.

Temos depois a abstração prática que pode ser ou técnica, a que se refere a indústria propriamente dita, abstração, que a criou, pois a indústria moderna é abstrata, feita pela ciência: as nossas máquinas não existem fora de nós, isto é, existem fora de nós depois de criadas pela Humanidade; ou religiosa, quer dizer, abstração prática, mas com destino religioso, com destino moral, tendo por fim instituir o tipo ideal da moralidade. O objeto dessa abstração prática é justamente a bondade, ideal do qual tendemos a nos aproximar; é

o bom industrial, o bom das manifestações da natureza terrestre, o bom da nossa própria natureza.

Neste ponto de vista prático, há duas coisas a distinguir. Há o bom que pode desde agora ser realizado e o bom, quer industrial, quer moral, que é uma aspiração. Aquele que pode ser realizado desde já, em relação ao qual já possuímos todos os elementos, conduz ao que se chama o plano. Por exemplo, pode-se hoje preparar o plano para uma máquina a vapor: mas ninguém pode, por assim dizer, preparar o plano para um aerostato, porque a navegação aérea ainda não chegou a este ponto; e houve tempo em que não se podia ter plano de espécie alguma a respeito, porque a aerostação não fora realizada nem dirigida. Quando na passagem do abstrato para o concreto, a diferença é pequena entre o que concebemos e o que vamos realizar, diz-se que temos um plano; quando não podemos saber ainda tudo a respeito da execução, quando nos faltam certos dados, mas podemos manter uma aspiração que será um projeto bom, quer vise satisfazer nossa aspiração de bondade, quer nossa aspiração de utilidade, temos então o que se chama uma utopia.

Assim, por exemplo, podemos considerar uma utopia fazer com que amanhã a espécie humana não viva senão de vegetais, e não sacrifique animal algum: é a utopia vegetarista. Augusto Comte resumiu todo o conjunto da religiosidade de nossa espécie em uma utopia, a da Virgem-Mãe. O que se tinha considerado antigamente um mistério ele passou a considerar uma utopia, coisa que o futuro realizará ou não, mas da qual podemos dizer, com o conjunto de dados que possuímos que a Humanidade será capaz de realizá-la, desde que crescer suficientemente em moralidade, quer dizer em altruísmo, em pureza, e ao mesmo tempo, em inteligência, em manifestação de saber, mesmo no ponto de vista prático.

Já vedes, pois, toda a importância da abstração teórica, da razão abstrata, no conjunto da existência: afinal, quer se trate da abstração afetiva, da abstração estética, que é a mesma coisa, quer da abstração prática, todas elas se baseiam na abstração teórica. Nós precisamos conceber primeiro as condições fundamentais, precisamos, em uma palavra, conceber primeiro a verdade, para conceber a verdadeira idealidade. O verdadeiro, o bom e o belo estão ligados. Neste ponto de vista não há distinção entre os teóricos e os práticos, ou antes a distinção única é que o sacerdote, a mulher, os que, em suma, tratam com a natureza humana são os que têm competência para instituir os tipos da utopia, quando estas se referem à natureza humana; e os práticos, os que tratam diretamente com o mundo e que estão em condições de decidir quais são os tipos correspondentes às suas ocupações, ao objeto de sua atividade. A conclusão de tudo isto que acabei de recordar, é que, a abstração teórica tendo

por objeto o estabelecimento de regras gerais para dirigirem a nossa conduta, deve instituir um regime mediante a combinação permanente da poesia com a ciência.

Agora, vamos considerar o quadro geral da ordem abstrata. Por tudo quanto dissemos, vimos que a Humanidade concebe o conjunto dos seres, a que está ligada, em dois domínios, um que é abstrato, outro que é concreto. O abstrato é constituído por uma representação ideal das relações invariáveis que os fenômenos têm entre si, por toda a parte, e essas relações é que constituem as leis naturais. Tais leis, porém, não são a expressão de relações absolutas, exprimem relações constantes, no grau de aproximação exigido pelo conjunto de nossas necessidades morais, intelectuais e físicas; porque a Humanidade não pode apanhar coisa alguma em absoluto, como havemos de ver na nossa prédica futura.

Quanto ao domínio concreto, ele é constituído pelo conjunto de seres, naturais e artificiais, que de fato interessam nossa existência; naturais (e artificiais), porque sabeis que não vivemos unicamente rodeados por seres alheios à intervenção humana: mesmo os que são fornecidos pela terra espontaneamente, como as plantas, os animais, sofrem a influência da Humanidade, são transformados por ela; e, ao lado deles, existem outros criados propriamente pela Humanidade. Para compreender isto, basta considerar não só as máquinas industriais, mas as nossas próprias provisões: quanto alimento existe que não é tirado imediatamente do seio da terra, que é o resultado das transformações da nossa química?

Quando, portanto, se trata da ordem concreta, da ordem dos seres, é preciso considerar não só os naturais como os artificiais; mas quer se trate de uns ou de outros a ordem concreta não é de fato constituída, no ponto de vista religioso, senão pelos seres concretos que nos interessam; o resto é como se não existisse para nós. Por exemplo, na ordem astronômica, sabeis que o número de planetas pode se dizer indefinido, cada dia descobre-se mais; não quer dizer que, lendo um anuário astronômico, vamos encontrar uma quantidade infinita desses astros. Não é isto; mas pelos planetas que já se descobriram, somos levados a concluir que é indeterminado, de fato, o número deles; não sabemos quantos são. Ora, deste número só nos interessam a nós, habitantes da Terra, os planetas conhecidos desde a mais remota antiguidade, e, entre os satélites, por exemplo, só nos interessa o nosso, a Lua; o resto é, para nós, como se não existisse. Por isso também devo desde já dizer que um certo número de fenômenos existem que o Positivismo baniu e o bom senso vulgar deve banir porque não nos interessam.

Essa sentença de Augusto Comte tem dado ocasião a muitas declarações acadêmicas. Nós todos sabemos que o astro mais próximo de nós é a Lua, que nos interessa, por um lado

poeticamente, pois todo o mundo conhece a influência enorme que ela tem nas nossas noites; e nos interessa também praticamente, porque uma noite de luar torna desnecessária qualquer luz artificial; e, ainda no ponto de vista prático, conhecemos a ligação que existe entre o movimento das marés e os da Lua, a influência que ela tem sobre a vegetação, (sem dúvida pela sua luz e não pela gravitação propriamente); em suma e uma série de fenômenos, (sem falar nos fantásticos, que até hoje a astrolatria foi levada a criar e o bom senso vulgar, a razão popular, sem cultura e também levada a atribuir à sua influência).

Esse astro que está tão perto de nós (é para isto que quero chamar a vossa atenção) volta-nos sempre a mesma face, de sorte que não sabemos o que é o seu outro lado. Girando sobre si mesma e em torno da Terra, faz as duas revoluções no mesmo período, e o resultado é que lhe vemos sempre a mesma face. Assim, é claro, não há meio de saber o que está do outro lado. O Sol está muito mais longe, e as estrelas ainda mais distantes, porque das estrelas nem sabemos a que distância ficam de nós, e, nestas condições, pergunto, nós, que não podemos saber sequer o que se passa do outro lado da Lua, que necessidade temos de saber se no Sol há ouro ou se não há, se há platina ou não, se lá em Sírio existe hidrogênio ou oxigênio? E mesmo, quando haja um processo para averiguar isto, e que a análise espectral na verdade dê esse resultado, pergunto, que necessidade há disto, que vantagem apresenta isto? Esses homens estão procurando saber qual a composição do Sol e das estrelas somente pelo gosto de dizerem que a matéria por toda a parte é a mesma!

Como a massa geral não tem ainda o preciso critério filosófico, enquanto a anarquia reinar, enquanto o Positivismo não vencer, o mundo acadêmico poder-se-á dar a esse luxo de pretender saber o que se passa no Sol, quando muitas vezes não sabe o que se passa na Terra. Eu que, (o trabalho de) um desses homens que se preocupam com tais coisas, vale mais que (o de) uma criança, que chegasse à praia, enchesse a mão de areia e contasse todos os grãos dessa areia? A criança que começa a aprender a numeração, quer contar tudo; é natural. E, quando chegasse ao fim, a um resultado muito real, quando pudesse dizer que na sua mão havia tantos bilhões, tantos milhões, tantos milhares e tantos grãos de areia, teria dito uma coisa muito verdadeira, incontestável. Mas, pergunto, que utilidade teria isto? E tem mais utilidade saber o que existe no Sol ou nos outros astros? Saber mesmo se eles são habitados?

Podemos poeticamente imaginar que eles são habitados; mas se existem esses habitantes não podem nos trazer luz alguma. Se um dia pudermos estabelecer comunicação entre os astros será aproveitável, talvez, o conhecimento disto; mas estando nós ainda muito longe de tal, tratemos, com a ciência que possuímos, de obter resultados desde já aproveitáveis para a nossa Terra, nossa sociedade, para a Humanidade, e à medida que esta se for desenvolvendo

fará outras descobertas. É o caso de repetir uma frase de Descartes, porque nós devemos imitar os grandes homens. Depois de instituir a geometria geral e de mostrar os recursos que ela fornecia, ele citou uns tantos problemas, que podia resolver, mas disse que não queria privar seus netos (ele disse "seus sobrinhos") do prazer de fazerem a descoberta daquelas soluções; a eles portanto as deixava. Precisamos imitar a sabedoria de Descartes, e deixar aos nossos sucessores alguma coisa para fazerem; isto, supondo que pudéssemos fazer tudo.

Há um prazer intelectual. Sim ir ao fundo das minas, trabalhar debaixo da pressão da miséria, como trabalhamos hoje, tudo isto é desagradável; mas trabalhar mesmo correndo riscos, trabalhar pelo prazer de servir a Humanidade, é muito agradável. Não estamos vendo homens que dispõem de fortuna, de todos os confortos, correndo os maiores riscos para fazerem descobertas? Não vimos um Lavoisier tratando com substâncias explosivas, expondo-se a ser vítima delas, sendo mesmo, em parte, vítima das suas experiências? Não estamos vendo outros que se aventuram sobre os mares à descoberta de terras desconhecidas? Não vimos Colombo fazer uma tentativa destas, quando podia ter ficado em sua casa, cuidando de outra coisa, entregando-se a trabalho mais cômodo? Compreendeis, portanto, que há também um certo prazer nisto, mas que só pode realmente existir quando for derivado dos instintos altruístas. Deixemos, repito, aos nossos descendentes alguma coisa para fazerem, supondo que pudéssemos fazer tudo. Não há pois justificativa para não querermos disciplinar a nossa inteligência.

Constituído, porém, como disse, esse domínio abstrato, e esse domínio concreto, por tudo quanto expus se vê logo, que a razão, a ciência abstrata domina os conhecimentos concretos; por quê? Porque os conhecimentos abstratos, isto é, a ciência abstrata apanha a lei geral dos diversos fenômenos, que constituem os diferentes seres. A ciência abstrata portanto, é geral, abarca tudo, ao passo que cada ser é um sistema particular; mas a ciência abstrata deve ser instituída tendo em vista os conhecimentos concretos. Temos que constituí-la mas é preciso não esquecer que não vivemos de abstrações: vivemos de realidade. Ela deve, portanto, ser construída quanto baste para compreender a ordem concreta. É por isto que o domínio da ordem abstrata tem, de fato, de ser elaborado e estudado tendo em vista o destino prático.

Isto posto, vejamos qual a concepção da ordem abstrata. Já vos disse que ela era a representação, quanto o exigiam nossas necessidades, das relações que existem entre os fenômenos considerados em todos os casos possíveis, abstraindo dos diversos seres em que eles se apresentam realizados. Neste ponto de vista, as leis científicas é que constituem o que se chama Fatalidade, porque elas nos definem o que é imutabilidade, aquilo que sabemos ser imutável no conjunto de todo o universo. Os seres são variáveis por toda a parte; o que

sabemos imutável é a relação constante que os fenômenos apresentam entre si; essa relação constante é que constitui a lei natural. Como vos disse, havemos de estudar isto na nossa próxima conferência, e, portanto, é inútil insistir. Devo, entretanto, chamar vossa atenção para este ponto. As relações invariáveis constituem para nós a fatalidade, e, ao mesmo tempo, pode-se dizer que indicam as condições de modificabilidade. É graças a elas que podemos saber quando nos devemos resignar e em que condições devemos agir, que é que podemos modificar. Assim, não nos perdemos em tateamentos, nem em queixas vãs, e em súplicas inúteis.

No conjunto dessas leis, porém, nosso Mestre foi levado a estabelecer uma distinção. Há leis verdadeiramente universais, assim denominadas, como a palavra está dizendo, porque se estendem a tudo — tudo quanto está debaixo de nossa investigação; mas se estendem por motivos diferentes, como havemos de ver: ou porque de fato rejam tudo, ou porque só por intermédio delas vemos de ver que seu sistema é imutável, que não concebemos que seja aumentado, como que possa ser diminuído: quando tratarmos destas leis, que constituem a Filosofia Primeira, quando tiverdes terminado seu estudo, reconhecereis que nada mais falta, porque Augusto Comte nos deixou acabada esta construção, baseado, já se vê, no conjunto dos trabalhos de seus predecessores.

Ao lado porém, destas leis, que são gerais e que formam a Filosofia Primeira, existem as leis particulares de cada grupo de cada categoria de fenômenos, leis que se acham representadas mais ou menos nos diversos corpos ou nos diversos estados dos corpos. Assim, por exemplo, as leis da natureza viva não se encontram por toda parte. Os seres vivos, as plantas, os animais, oferecem todas as leis que os corpos inferiores nos oferecem: vamos encontrar em uma planta, em um animal, as leis que encontramos em uma pedra; mas a pedra não apresenta as leis vitais. Compreendemos, pois, categorias especiais, leis dos corpos inorgânicos e leis vitais.

Ainda mais; eu vos disse "nos diversos corpos ou nos diversos estados dos corpos". Tomemos, por exemplo, a água: sabeis que ela é suscetível de se apresentar como se fosse uma pedra, e é o que se chama o gelo, e que se pode apresentar também como um gás, como o nosso ar, e é o que se chama o vapor d'água. Pode, portanto, passar desde o estado sólido, para o líquido, que é aquele em que habitualmente se encontra em nossos climas, até o gasoso; em um estado, como sabeis, está condensada; em outro, tende a ocupar todos os espaços, o que é a propriedade dos gases, a dilatação continuada. Ora, conforme o estado em que se achar a água, iremos encontrar fenômenos diferentes.

Mais ainda: este estado em que a água se encontra como gás não nos apresenta tudo de que ela é suscetível: se elevarmos suficientemente a temperatura, o calor, que fez com que ela passasse de pedra para água propriamente dita, para líquido, e depois para gás, fará ainda com que se desdobre; e, em vez de água, iremos encontrar dois outros corpos, gasosos também, mas que aparentemente nada mais têm de comum com a água, corpos que chamamos hidrogênio e oxigênio. Vemos, portanto, o mesmo fato - o calor - produzindo coisas diferentes: o primeiro grau de calor produz apenas um aumento do corpo, um grau maior faz com que ele passe de sólido para líquido, um grau maior produz a passagem de líquido para gás e um grau ainda maior faz com que o corpo se decomponha, desapareça como era, e fiquem aparecendo outras coisas que não existiam antes. E, depois, podemos retrogradar, tomar estes elementos, reuni-los, obter o corpo em estado de gás, passar para o de líquido e para o de sólido, sucessivamente.

Assim, não só encontramos os diversos seres apresentando condições, leis diferentes, mas vemos que estas diferenças se acham em estados diversos do mesmo ser. Se o corpo se decompõe, temos o que se chama - fenômeno químico; se não muda de natureza, mas apenas de aparência, é o - fenômeno físico. Ora, desta maneira, obtemos um certo número de leis, quer dizer, de relações constantes entre os fenômenos; mas estas leis não têm a racionalidade das de Filosofia Primeira. A racionalidade consiste nisto: na aptidão de ligar cada novo conhecimento àqueles que já temos em nosso cérebro, de sorte que, até certo ponto, prevemos uma coisa pelas outras, forma-se uma verdadeira cadeia, com os elos todos conhecidos por nós.

As leis, porém, a que me acabo de referir, e que formam a Filosofia Segunda, são entre si, pela maior parte, desconexas: há umas quantas ligadas, depois um intervalo, depois outras ligadas, e assim por diante. Não vemos a sua necessidade; aceitamo-las porque os fatos nos indicam que devemos aceitar. Havemos de ver que, quanto às leis de Filosofia Primeira, sentimos a necessidade delas, o que não se dá com as de Filosofia Segunda. Vemos, por exemplo, que um corpo cai segundo uma linha que chamamos - vertical, que é uma perpendicular à superfície das águas tranquilas; mas porque cai assim e não de outra maneira? Não sabemos. Para nós, é indiferente: tanto fazia que caísse segundo uma vertical como segundo uma certa oblíqua.

Os astros gravitam na razão direta das massas e na inversa do quadrado das distâncias; mas porque gravitam nestas condições? Também ignoramos. Apanhai bem o pensamento: sabemos que, dadas as condições do movimento planetário, as leis da gravitação não podiam ser senão as que aí estão; mas o que ignoramos é porque os fatos se realizam assim e não de

outro modo. Admitida a lei da gravitação planetária, sabemos que ela permite que os astros descrevam elipses, hipérboles ou parábolas: porque a Terra descreve uma elipse e não uma hipérbole ou uma parábola? Aqui, ainda, sabemos as condições em que o astro tem de descrever cada uma das curvas, mas o que ignoramos é porque a Terra ficou exatamente nas condições em que se apresenta o caso da elipse.

É certo que a este respeito há fantasias; mas, repito, ponho de parte as fantasias, hipóteses desta natureza; coloco-me no ponto de vista de Newton. Precisamos de hipóteses de outra natureza, não destas que pretendem penetrar a produção íntima dos fenômenos. Assim, as leis que formam a Filosofia Segunda são verdadeiros casos empíricos, correspondem, por assim dizer, a uma série de pedaços de corrente, permiti-me a imagem. Temos, como vos dizia, um certo número de leis ligadas entre si, depois outro certo número, com idêntica ligação; mas a ligação entre as duas séries não podemos ver, a ligação, aqui mais do que em qualquer outro lugar, é puramente subjetiva.

A Filosofia Segunda, no fundo, consta de conhecimentos empíricos, e o melhor tipo destes é a lei da gravitação planetária, que permite coordenar até certo ponto os fenômenos astronômicos; mas, quando estudardes astronomia, haveis de ver que a lei da gravitação não coordena todos esses fenômenos, como se repete, muito superficialmente: basta dizer que não nos dá lei alguma quanto às rotações dos corpos; liga as translações, mas não explica a rotação, não dá lei alguma quanto ao número de dias, de rotações (dias de rotação) de cada planeta. Vemos assim que a nossa ordem abstrata é que constitui aquilo que vulgarmente se chama Fatalidade; mas a diferença é que, no sentido habitual, vulgar, a Fatalidade é apenas a expressão de uma certa ordem, de uma certa disposição superior à nossa intervenção; ao passo que para nós a Fatalidade é uma coisa definida, é um arranjo definido, e este é que é superior à nossa intervenção. Vemos, pois, que a ordem abstrata é o que define a Fatalidade; o Destino se compõe de uma Fatalidade suprema, constituída pelo conjunto destas quinze leis universais e de uma série de fatalidades subalternas, constituídas pelas leis correspondentes às diversas categorias de fenômenos particulares.

Agora, algumas palavras, rápidas, sobre a marcha da espécie humana que conduziu a esta constituição. Nossa espécie começou pelo fetichismo; assim também nós, adultos, começamos (quando éramos) crianças. A espécie humana começou pelo estado em que vemos agora as grandes tribos animais; mas disto não existe vestígio na Humanidade, quer dizer, não há povo guardando esta lembrança: os tipos mais atrasados que encontramos já apresentam um abismo de distância em relação às grandes tribos animais. Seja como for, o fetichismo é o estado em que se encontram os animais superiores; este fetichismo, porém,

desenvolve-se até o grau mais adiantado em que encontramos hoje o povo chinês e o povo japonês, que é o fetichismo astrolátrico.

Neste período, o que predomina é o desenvolvimento da razão concreta: o defeito da civilização chinesa e da japonesa, quer dizer, o que lhes falta, é o desenvolvimento da razão abstrata. Eles têm a constituição da razão concreta, o conhecimento dos seres; não se elevaram, entretanto, à consideração abstrata dos fenômenos, de maneira a constituir tipos ideais, capazes de representar a ordem real. O resultado é que eles também não têm poesia abstrata: a poesia deles é concreta, e poesia de imitação; é o ponto de vista da arte plástica chinesa e japonesa. Têm já artistas (como os) ocidentais, é certo; mas ou é influência do Ocidente, ou do budismo, que é uma doutrina teocrática; como civilização própria, eles só possuem a razão concreta.

A Fatalidade para eles, portanto, era representada, como no princípio da espécie humana, por este sentimento de uma certa ordem imutável superior à nossa intervenção; mas, como tal apreciação foi até o espetáculo celeste e este se apresentou exatamente como tipo da imutabilidade, para eles o Destino ficou coincidindo com o Céu. O Céu e essa abóbada que sabemos que é ideal, mas que, na infância de nossa espécie é considerada como se de fato fosse real e na qual os astros estivessem engastados; depois, essa ideia foi substituída pela de outras abóbadas, à medida que a Humanidade imaginou os astros colocados a distâncias diferentes. Enfim, este culto do Céu foi que esboçou a concepção sistemática da Fatalidade.

Em breve, ao fetichismo sucedeu o teologismo. Este, à atividade geral da matéria, que o fetichismo imaginara dando aos corpos atributos análogos aos do homem substituiu a inércia da matéria, imaginando, em consequência do desenvolvimento da razão abstrata, que o mundo era povoado por tipos ideais, tipos sobrenaturais, como se diz ainda hoje; estes tipos sobrenaturais eram os deuses, os gênios, as fadas, uma série de nomes caracterizando justamente as fantasias criadas pelo espírito humano para representar a causa de toda a atividade. Nesta disposição, o sentimento da Fatalidade ficou de fato comprometido, seu culto não se impôs: aqueles diversos seres se tornaram até caprichosos, o homem não sentiu a necessidade de conceber a submissão e a obediência foi até considerada como uma contrariedade. O tipo que os deuses ofereciam era o de entes capazes de satisfazer todos os seus caprichos, e o homem considerou sua própria felicidade como consistindo em dispor arbitrariamente de tudo.

A evolução teórica, entretanto, não parou na criação dos deuses; foi por diante. A primeira fase foi a confusão politeísta, deuses completamente desconexos; depois, o advento do

sacerdócio, a cultura sacerdotal, levou a estabelecer hierarquia entre esses deuses, fazendo surgir o monoteísmo sob a forma teocrática, de que encontramos o tipo histórico no judaísmo, que representa o monoteísmo das classes sacerdotais do Egito e da Caldeia, porque resultou da combinação de uma emigração caldaica com uma egípcia, a primeira conduzida por Abraão e a segunda conduzida por Moisés. Enfim mais tarde havemos de entrar em detalhes a este respeito; estamos apenas insistindo aqui no que parece bastante para dar uma ideia do como foi que a Humanidade criou de fato essa razão abstrata, essa ciência abstrata.

O monoteísmo imaginou o mundo regido pela vontade divina, embora a massa popular sempre sentisse mais ou menos o domínio do fetichismo primitivo, isto é o predomínio do Céu. Continuando a cultura teórica, à civilização teocrática sucedeu, como sabeis, a civilização greco-romana, especialmente a grega. Foi esta que tomou a ciência teocrática e deu-lhe tão grande impulso que abriu uma era nova: pode-se dizer que a elaboração científica consciente começou com os gregos. Desde então, a ordem abstrata tomou um novo tipo - o das leis naturais. Estas leis foram descobertas por Tales; e, tendo a Humanidade consciência delas, a ideia de que o mundo era regido por vontades foi substituída, desde então, pelo princípio de que era regido por uma ordem imutável.

Esta, entretanto, não podia ser logo apanhada em todos os fenômenos; Tales e seus sucessores, quando muito, puderam apanhá-la na Geometria, na astronomia — nas leis mais gerais da Astronomia, na Mecânica — isto mesmo na estática, pois os antigos desconheceram qualquer lei dinâmica: nem a lei da queda dos corpos pôde ser encontrada por homens como um Aristóteles, que aliás lançou as bases de todos os estudos da Ordem, das leis naturais. Assim, em seguida à concepção teocrática do mundo regido por vontades sobrenaturais, surge a noção científica do mundo regido por leis naturais, da Fatalidade sistemática, representada pelo conjunto das leis naturais; mas nestas condições a ciência ainda não se achava em estado de coordenar a vida social. O declínio do politeísmo, a impossibilidade do triunfo do monoteísmo teocrático judaico, fez com que surgissem as aspirações por uma nova religião, que não podia deixar de ser teológica. Esta aspiração foi, afinal, satisfeita pela tentativa de S. Paulo, fundando o catolicismo.

Esta tentativa, porém, surgiu depois da elaboração da filosofia, da Ciência e da poesia grega, depois da ciência grega especialmente. Quando surgiu S. Paulo, já haviam aparecido Arquimedes, Apolônio, Hiparco: portanto, a nova concepção teológica teve de combinar a noção de lei natural com a de vontade sobrenatural, isto é, com o tipo da divindade. Foi então que se introduziu no ponto de vista teológico-religioso a noção de milagre. Para os judeus não havia milagre; para o teologismo primitivo não havia milagre. O milagre supõe a

noção de lei natural, o milagre é a suspensão momentânea da lei natural. E essa noção de milagre preparou, sob o teologismo, a continuação do desenvolvimento da razão abstrata, da constituição do Destino. Compreendeis então como o teologismo católico realizou a combinação do Destino, da Fatalidade, com a vontade, mas subordinando a lei à vontade: Deus fez a lei, Deus poderá revogá-la ou suspendê-la. Ora, a ordem natural não é esta.

O teologismo (católico) não satisfez completamente às condições (exigidas por) todos os povos que os romanos agremiaram: a parte oriental exigia um novo monoteísmo, e este foi o islamismo, que também incorporou os resultados da filosofia grega e, até certo ponto, os da experiência católica. O islamismo, então, desenvolveu a concepção fatalista em grau muito maior do que aquele em que ela entrara no ponto de vista católico, e por tal forma que vós sabeis que o fatalismo foi considerado como um dos caracteres distintivos do islamismo. Isto se explica: porque ele veio depois, pôde melhor sentir a importância das leis naturais, da imutabilidade, no conjunto do destino humano. Foi, portanto, sob a influência deste novo monoteísmo que a evolução da espécie humana continuou.

Quando se chegou ao ponto de reconhecer a impossibilidade de estabelecer uma religião universal como se pretendia, entraram em decomposição as sociedades ocidentais, especialmente as que vinham do catolicismo; deu-se a revolução moderna, e esta, urgida pela necessidade, exatamente, de estabelecer a harmonia social, de tornar a fraternidade humana uma coisa real, deu em resultado o desenvolvimento da ciência. Esta não se podia fazer senão aos poucos: a Humanidade foi conquistando, um por um, os conhecimentos, as leis naturais, nos diversos domínios, até que Augusto Comte conseguiu demonstrar a existência de leis naturais na Sociologia e na Moral. Desde então, o sistema ficou completo: o teologismo tinha concebido uma ordem abstrata toda composta de vontades, a evolução científica descobriu uma ordem imutável, toda composta de fatalidades — uma Fatalidade Suprema, constituída pelas leis naturais da Filosofia Primeira, e uma série de Fatalidades Secundárias.

A noção do Destino, desde então, deixou de ser uma coisa vaga, tornou-se precisa. Não nos iludamos, porém: este Destino, cujos termos conhecemos, é uma instituição da Humanidade, instituição relativa, para a Humanidade, que a criou como uma máquina, como a que serve para representar, mais ou menos, o espetáculo do movimento celeste. Todos conheceis, todos deveis ter visto esses aparelhos que representam os movimentos planetários em torno do Sol; pois a Humanidade criou um mundo inteiro para representar os fenômenos exteriores, desde a ordem matemática, desde os fenômenos astronômicos, até os mais elevados da Moral. Esse mundo abstrato é que representa para nós a Fatalidade. Sabemos

que essa representação tem apenas o grau de aproximação exigido pelas nossas necessidades; mas, para nós é isto que constitui a Fatalidade, o Destino.

Que o Destino fosse absoluto (?), entretanto, não o conheceríamos de outra maneira. Supomos que é relativo, mas é o único que podemos conhecer. E, desde então, a nossa adoração do Destino, a nossa subordinação a ele, não é mais cega: não vamos começar a atirar-nos a tudo quanto for ocorrendo (?) Não; vamos seguir certa rota, determinada linha de conduta, certos de que o caminho pode ser mais largo ou mais estreito do que o que seguimos, não, porém, muito mais largo ou muito mais estreito. A ordem abstrata, assim instituída, é que veio a constituir, como dizia, a noção do Destino.

Por tudo quanto acabo de mostrar, vedes que a instituição dessa ordem foi insuficiente até nosso Mestre, porque antes dele apenas se tinham descoberto leis naturais até a Biologia; foi Augusto Comte quem estendeu o conhecimento ao estudo da Sociologia, quer dizer da sociedade humana. Compreendeis, pois, que a sociedade está em anarquia, em desordem. Se não é possível governar coisa alguma sem o conhecimento das leis naturais, se a massa popular, a massa feminina, a grande massa da sociedade, não conhece essas leis, acredita que o mundo é regido por vontades; ei os estadistas, os legisladores, levam a nos propor como o tipo da sabedoria social, o mundo governado pela massa popular — regime eleitoral e outras coisas assim; se se julga que um homem alheio completamente ao regime industrial, um homem que nada conhece da ciência, pode ser chefe, governador de um estado, banqueiro e tudo quanto há — que podemos esperar?

Não é o mesmo que entregar a direção de um navio ao primeiro indivíduo encontrado na rua sem sabermos se ele aprendeu astronomia, se conhece náutica ou não? Se há tanto cuidado para escolher um agrimensor, perguntando-se que foi que ele aprendeu, examinando-o, como é que se coloca à testa de um Estado - chefe, imperador, presidente de república, o que seja - um indivíduo que nada entende da situação moderna que nem sequer sabe rudimentos de Geometria e de Mecânica; mas o caso é que nem isto ele sabe...

Assim, damo-nos conta da situação moderna quando examinamos estes fatos e ficamos conhecendo as condições para dirigir a nossa conduta. Então, não nos revoltamos, sabemos que isto não pode ser mudado de um dia para outro, embora possa ser mudado em pouco tempo. Augusto Comte mostrou que, se tivesse discípulos ao nível da situação, em 21 anos a transformação podia ser feita, tal como um arquiteto diz que em tal prazo constrói um templo e um engenheiro afirma que em tal período constrói um navio; mas é tendo operários:

sem operários, nada é possível fazer. Os povos se sublevam, cometem-se crimes de toda ordem, continuam a correr rios de sangue, as lágrimas a inundar o Planeta. Vai se transformar assim a sociedade!? Tão impossível é transformá-la por estes processos como lutarem dois exércitos à margem de um rio, à espera de que seu sangue seja capaz de produzir uma ponte para atravessá-lo.

Se precisamos da matemática, da física, da química, da biologia para conseguir os prodígios de nossa indústria precisamos da ciência social, ciência positiva, de conhecimento real das fatalidades que dominam a evolução e a ordem social para podermos garantir a felicidade humana. Isto não depende da vontade de ninguém. Agora, este conhecimento há de triunfar. Como a Humanidade pôde fazer penetrar os conhecimentos de ordem inferior, há de fazer penetrar os de ordem superior. Pois não vimos que tudo quanto havia de poder se levantou contra um octogenário, obrigando-o a que, de joelhos, fosse jurar que a Terra estava parada e se comprometer a denunciar, dentre aqueles que ele conhecesse, quem fosse capaz de sustentar a doutrina herética e inverdadeira do movimento da Terra? E esse homem não jurou? E que aconteceu? A Terra parou por isto? Todo o mundo conhece a história: afirmam que ele, ao se levantar, dissera - "E, entretanto, ela se move...". Pode ser que não tenha dito, mas sentiu dentro de si; e, fosse como fosse, o fato é que a Terra continuou a se mover e, menos de cinquenta anos depois, o clero católico, como todo o Ocidente, aceitava o movimento da Terra. E hoje mesmo, quantos homens são capazes de conceber que a Terra gira? Quantos sabem a razão disto? Aceitam por pura fé, levados por essa Fatalidade da subordinação da razão à fé.

Tudo isto, entretanto, não basta para constituir a razão abstrata. Nossa vida é uma vida, antes de tudo, de amor: vivemos de amor; é preciso, portanto, que todas as nossas concepções tragam este cunho, é preciso que a nossa concepção da ordem universal seja capaz de nos inspirar o sentimento. Isto não pode ser conseguido sem o que Augusto Comte chamou a "combinação do fetichismo com o positivismo, eliminando o teologismo, que desde então representa apenas uma transição, um meio de passar do fetichismo para o positivismo.

Em que consiste o espírito do fetichismo? Consiste em identificar a ordem universal com entes de ordem concreta. No fetichismo não há preocupações abstratas, a abstração surge no teologismo — foi o seu grande papel — e domina. Vedes o que há de fatal na evolução humana, como todos nós havemos de passar por aquilo que essencialmente constitui o espírito teológico que é o ascendente da abstração. O teologismo não foi senão a fetichização da razão abstrata, sob forma absoluta. Consiste o fetichismo, portanto, em identificar todos

os seres com a natureza do homem, mas do homem individual, imaginando que todos os seres têm os atributos do homem — pensam, querem, etc.

Ora, o teologismo imaginou que os seres eram completamente inertes. O positivismo, isto é, a ciência nos seus princípios de nova forma, o desenvolvimento do espírito científico, foi levado a restabelecer a atividade nos corpos. "Todos os corpos são ativos", proclamou a ciência, em contraposição ao espírito teológico, que dizia que eles eram inertes e que toda a atividade vinha dos atributos exteriores, primeiro, e, depois, para os espíritos metafísicos, das forças. Esta restituição, porém, como dizia Augusto Comte, não foi completa, definitiva, senão depois que ele, isto é, o positivismo, afastou os fluidos metafísicos com que a anarquia acadêmica tentou disfarçar a atividade dos corpos. Estes estão ainda hoje no mundo acadêmico, mas já se acham por tal forma, podemos dizer, insubsistentes, que muito acadêmico diz que o éter, por exemplo, serve apenas como um artifício. Se eles fossem coerentes, aliás, não haveria inconveniente nisto, porque não fariam consistir a ciência sobretudo nas propriedades fantásticas do tal éter.

Seja como for, a ciência restabeleceu a atividade dos corpos, mas ficaram ainda sem sentimento e sem inteligência. Pois bem, quanto à natureza concreta, Augusto Comte observou o seguinte: que não podemos provar que os corpos não sentem as impressões que recebem e não querem as manifestações que dão. Não podemos saber isto, e, portanto, somos livres de imaginar que eles sentem, o que é tanto mais fácil de imaginar quanto sabeis que não há distinção, quanto aos elementos constitutivos, entre a matéria viva e a matéria morta. Esses elementos são os mesmos por toda parte: o mesmo oxigênio, o mesmo hidrogênio, o mesmo carbono, o mesmo azoto que entram na constituição dos seres vivos, concorrem para a formação dos corpos mortos. Como, pois, havemos de imaginar que o oxigênio, que existe no nosso cérebro, que é parte integrante dele e que, pela decomposição orgânica, sai daí para pertencer a uma flor, por exemplo, como havemos de imaginar que esse oxigênio, que fazia parte de um organismo que pensava, que amava, que agia, depois, na flor, deixa de pensar, deixa de amar, deixa de agir?

Podemos dizer que os corpos não têm meios de manifestar que têm inteligência, porque o principal, embora não único, atributo da inteligência, consiste em adaptar a sua conduta à sua situação. Eu me explico. Se vós colocardes um anteparo diante de uma formiga em movimento, ela examinará o obstáculo, e, no fim de algum tempo, tomará uma resolução, que sois incapazes de prever qual seja: não podeis conhecer de antemão o caminho que ela vai seguir, e no qual em breve a acompanharão as outras. A formiga procede aí como um de nós procederia: adapta sua conduta à sua situação. Se, porém, tomardes uma bola de marfim,

esta irá de encontro ao obstáculo, e antecipadamente podereis prever a direção que ela seguirá depois do choque: podeis tomar o giz e marcar no chão o caminho que ela vai seguir, depois de encontrar o obstáculo. Se a bola tem inteligência, é como se não tivesse, pois não pode adaptar a sua conduta à sua situação.

O certo é, porém, que podemos dizer também de um de nós, que caia de certa altura, que vem para baixo como uma pedra, segue a lei da gravidade, sem poder modificar o modo por que cai, por melhores que sejam seus raciocínios, se tiver coragem de os fazer durante a queda... Assim, também não pode adaptar sua conduta à sua situação. Quanto a sentir, ainda com mais razão se aplicam estas considerações, porque é um fato interno. Nestas condições, se nos é agradável imaginar que a flor pensa e sente, podemos imaginá-los. Esta apreciação, aliás, seria por assim dizer irrefletida.

A natureza inorgânica é, como sabeis, poderosíssima, as suas forças são colossais. Ora, por exemplo, se a nossa Terra tivesse de fato inteligência, e se devemos supor que ela é animada de simpatia por nós — e devemos julgar que é assim, porque nos dá tudo de que carecemos, e nossa ação é apenas de aperfeiçoamento do que ela dá voluntariamente, de modo que não seria possível imaginar que a Terra não tem altruísmo, bondade, benevolência para conosco (se a Terra tivesse de fato inteligência, já não poderíamos fazer a hipótese da mesma maneira (?)), com o poder colossal que possui, amando-nos e tendo inteligência, a Terra não faria o que faz, e sim realizaria o que nós realizamos. Nós, sem o seu poder, estamos regendo as forças que ela possui, aplicamos a nossa inteligência a dirigir as forças de que ela é dotada; e a Terra, se tivesse inteligência e nos amasse, deveria nos proporcionar maior quantidade de bem-estar. Assim, para conciliar a nossa concepção fetíquica da Terra com a situação real em que nos encontramos, é preciso imaginar que, pelo menos, ela não tem mais inteligência.

Se, porém, a Terra não tem agora inteligência, podemos imaginar, como dizia Augusto Comte, que a teve em outro tempo quando ainda não existiam os animais. Podemos imaginar que os astros eram dotados de inteligência, eram sede de atividade e de sentimento; podemos imaginar que, prevendo pela sua inteligência e em vista das transformações que se operavam em sua superfície, que ali deviam surgir as espécies animais, prepararam-se para que as condições fossem as mais favoráveis à existência, combinarem seus movimentos, sua atividade, no sentido de tornar as órbitas mais circulares, respeitando sempre a lei da gravitação que impunha que elas permanecessem elípticas, no sentido de endireitar seus eixos, de modo a fazer com que fossem o menos inclinados que fosse possível sobre o plano das órbitas, atenuando as influências das variações de temperatura, no sentido ainda de se contraírem, tornando-se o mais possível redondos, etc.

Estas considerações se encontram na introdução da "Síntese Subjetiva" e nós as reunimos em opúsculo, sob o título "As últimas concepções de Augusto Comte", de modo que é inútil insistir: o ensino positivista não pretende dispensar ninguém de ler; apenas tem por fim dirigir a leitura e a meditação. A ordem concreta está, portanto fetichizada graças ao ensino científico; mas falta a ordem abstrata. A concreta é representada diretamente pelos corpos; mas a abstrata, que representa as leis independentemente dos corpos? As fatalidades secundárias podem ser idealizadas diretamente na sede de suas manifestações. Assim, as astronômicas podem ser idealizadas nos diversos astros, porque cada um nos representa o conjunto das leis astronômicas: considerando a Terra, o Sol, Júpiter, Saturno, Marte, a Lua, temos logo ideia do conjunto das leis astronômicas. Se consideramos um corpo na superfície da Terra, uma pedra, por exemplo, lembramo-nos logo do conjunto das leis físicas - da gravidade, do som, da eletricidade, etc. Se vemos os corpos na atividade química, podemos também pensar logo no conjunto das leis químicas.

As leis universais, porém, que existem em todos os seres, não são caracterizadas por nenhum deles. Se tomarmos um corpo qualquer, poderemos nos recordar dessas leis todas, mas de envolta com as leis particulares que ele oferece. Ao mesmo tempo, compreendeis que não podemos pensar numa lei particular independentemente de outra da ordem abstrata. Estas precisam, portanto, de uma sede especial, que vem a ser justamente encontrada na concepção do Espaço, precedida pela concepção do Céu. Havemos de ter ocasião de insistir no que vem a ser o Espaço. Bastará que eu vos diga agora que foi pela relativização da concepção do Espaço que Augusto Comte começou suas concepções (?). Até Augusto Comte, era o Espaço constituído por uma série de invenções metafísicas; ele mostrou que era uma instituição da nossa espécie, que, não podendo saber o que existe entre a Terra e o resto do universo, e não podendo, por outro lado, pensar nas propriedades dos corpos sem uma substância, que fosse sede desses fenômenos, foi levada a imaginar um meio análogo àquele em que ela está mergulhada, o seu ar, um meio gasoso, portanto, no qual localizou todas as propriedades, as propriedades da forma, na geometria, as propriedades luminosas, acústicas, físicas enfim, etc.

Não insistimos sobre isto, porque havemos de voltar depois ao assunto. Pois bem, essa substância, que foi a criação de nossa espécie, deve ser considerada como dotada de sentimento, mas sem inteligência e sem atividade, ou antes, só tendo o grau de atividade preciso para guardar todas as impressões, todos os fenômenos abstratos que quisermos. Eis o que vem a ser o Espaço. Representa para nós o Destino, evoca para nós, como teremos ocasião de demonstrar, o conjunto das leis naturais e mesmo dessas fatalidades secundárias

que constituem a Filosofia Segunda. Desde então, podemos instituir um verdadeiro culto do Destino.

O culto do Destino não pôde ser instituído antes do positivismo. O fetichismo não pôde estabelecê-lo convenientemente, porque ele tomava para tipo o tipo humano; e o culto humano (primitivo) do Destino é antes um culto de medo. O fetichismo não podia ter sentido a vantagem da submissão voluntária. O espetáculo da evolução científica encerra isto de verdadeiramente sublime: que ele demonstra que nossa grandeza toda está na submissão voluntária. Desde então, abençoamos o Destino, porque a submissão involuntária é a base da submissão voluntária. A evolução da Humanidade fez com que o homem se sujeitasse, involuntariamente a princípio, e depois voluntariamente; mas, acabada a evolução, concebemos o Destino, a Fatalidade, como a base de toda a grandeza da nossa espécie, e, desde então, somos levados a amar essas leis, voluntariamente mesmo, quer dizer, em vista da eficácia que elas têm para a supremacia do altruísmo em relação ao egoísmo. Eis, portanto, como o nosso Mestre instituiu a idealização final da razão abstrata.

A conclusão de toda esta exposição é que, se é verdade, por um lado, que seria impossível coordenar a nossa vida, seria impossível realizar a existência humana, seriam impossíveis as aspirações mais elevadas de nossa espécie, sem a instituição da razão abstrata, instituição que representa, ao mesmo tempo a conexão, a relação, entre essa razão abstrata e o conjunto de nossa existência; não é menos verdade que, para as almas verdadeiramente emancipadas, o espetáculo que acabamos de apreciar nos demonstra que a submissão voluntária é a base de toda a grandeza humana.

Assim, devemos amar a obediência involuntária, como base da obediência voluntária — tal é o resumo da exposição que acabamos de fazer. Isto posto, estamos preparados para sentir toda a importância do estudo em que vamos entrar — a apreciação das leis verdadeiramente universais, isto é, daquelas que dominam todos os fenômenos. A apreciação da primeira lei dessa categoria é que vai ser o objeto da nossa prédica futura.

NOTA DO EDITOR

Esta lição, que não foi revista pelo seu autor, foi apanhada taquigraficamente pelo habilíssimo estenógrafo, cidadão Eurico Jacy Monteiro de Oliveira.

O texto impresso reproduz as notas taquigráficas, salvo raríssimas correções (resultantes de não estar o estenógrafo familiarizado com o Positivismo, da sua posição em relação ao orador), que me pareceram indispensáveis, e que vão todas assinaladas por um asterisco*. Indiquei com pontos de interrogação algumas passagens que me pareceram obscuras ou incompletas, etc.

Empreguei, às vezes, os parênteses para encerrar palavras que julguei necessário acrescentar ou substituir a outras.

Quase todas as modificações feitas me foram sugeridas, às vezes de acordo com apontamentos tomados na aula, por alunas e ouvintes do curso, a quem consultei, entre outros o cidadão engenheiro Pedro Galvão, que leu todo o original.

Entre as correções feitas, acham-se, por exemplo, as seguintes: à fl. 4 l. 20-21 (Estava no original: *veneração, isto é, o altruísmo mais elevado*); à fl. 8 l. 14 (Estava: *o saber dos séculos*); à fls. 24 l. 16 (Estava: *astrolar*); à fl. 4 l. 39 (Estava: *pelo egoísmo, pelo orgulho*); à fl. 6 l. 6 (Estava: *as virtudes que temos, a vaidade*); à fl. 7 l. 23 (Estava: *teológico-católica*); à fls. 24 l. 24 (Estava: *arte prática*); e à fls. 30 l. 36 (Estava: *sem sentimento-*).

Em relação a algumas das emendas (que por isto não vão indicadas), conseguiu-se a opinião do próprio autor da lição.

Despendi com o apanhamento estenográfico a quantia de 200$000.

Para a subscrição aberta para esta publicação, conto até hoje com as 70 assinaturas seguintes: C. Martins, E. Otero, A. Gonsalves, A. Esteves (2), V. De Lemos, O. Carneiro, R. S. T. Mendes, P. Galvão, G. Périssé, A. Bressane, J. Passos, P. Patraque, J. Meyreles, H. Porto, H. Batista, J. Bezerra, C. S. Netto, A. P. Caldas, A. B. R. Pereira, W. B. R. Pereira, J. F. da Silva, V. Drummond, J. M. de Oliveira, H. Costa, L. D. Martins (2), G. Curvello, I. Esteves, V. Neiva, I. Calvão, C. Lemos, M. Cordeiro, E. Montarroyos, G. de Castro, M. Miranda, P. e Salles (2), B. Asinières, E. Cunha, Aarão, Malaquias, A. Britto, M. Carneiro, Crisanto, Bagueira, A. Bandeira, Rondon, Xavier, Renato, L. Horta, C. Mendes, H. Carneiro, A. Carneiro, N. B. H. Barboza, F. B. H. Barbosa, P. Leivas, R. Carvalho, P. Dantas, M. Rabello, J. da C. Araujo, J. T. de G. Vasconcellos, P. C. Goes, A. Estigarribia, Humberto, Jefferson, L. C. de Castro, Alceste, P. Albuquerque.

Paguei aos datilógrafos cidadãos Murray e Guaraná (16, Rua da Candelária) a quantia de 195$000 por 150 exemplares tirados no mimeógrafo.

Despendi com o transporte dos mesmos, selos, etc., a quantia de 5$.

Presenteei com um exemplar as seguintes pessoas: cidadãos Miguel Lemos e Teixeira Mendes, o taquígrafo, os datilógrafos e 7 proletários (12 exemplares).

O saldo resultante da venda dos exemplares restantes, depois da distribuição feita aos subscritores, será dado para o subsídio geral para a propaganda positivista.

Rio de Janeiro, 25 Gutenberg 120. (5 de Setembro de 1908)
O Editor A. E.

Lista das passagens do original que foram alteradas:

(Texto fornecido pelo taquígrafo)

- **F. 1, L. 23:** a natureza desse ensino
- **F. 3, L. 31:** bondade: nós
- **F. 3, L. 32:** exaltação, a veneração.... Basta
- **F. 4, L. 20-21:** veneração, isto é, o altruísmo mais elevado — bondade e apego, mas especialmente — veneração.
- **F. 4, L. 39:** pelo egoísmo, pelo orgulho
- **F. 5, L. 40:** seriam ônus
- **F. 5, L. 41:** suavemente agradável
- **F. 5, L. 47:** está nas condições em que se encontra
- **F. 6, L. 6:** temos, a vaidade, a honra
- **F. 6, L. 12:** constituída da
- **F. 7, L. 23:** teológico-católica
- **F. 7, L. 42:** dar Positivismo
- **F. 7, L. 46:** espírito dos humanos
- **F. 8, L. 14:** o saber dos séculos
- **F. 8, L. 24:** a perturbação
- **F. 8, L. 25-26:** eles se degradam
- **F. 10, L. 21:** Não é
- **F. 10, L. 24:** são os que põem
- **F. 10, L. 40:** Pode ele ser incapaz
- **F. 12, L. 26:** apanhado
- **F. 12, L. 29:** de número limitado, a
- **F. 14, L. 35:** funcionar os seus
- **F. 15, L. 20:** ser, porque
- **F. 15, L. 23-24:** tinha eficácia
- **F. 16, L. 11-12:** de o fazer, em uma
- **F. 16, L. 23:** muito gerais
- **F. 16, L. 38:** movimento dado
- **F. 17, L. 9:** significão intensidade
- **F. 18, L. 30:** porque a criação
- **F. 18, L. 38:** utopia, fazer
- **F. 19, L. 22:** naturais, porque sabeis
- **F. 19, L. 23:** humana, mesmo os
- **F. 20, L. 6:** vegetação, sem etc. (sem o parênteses)
- **F. 20, L. 7:** fenômenos; sem falar nos (sem o parênteses)
- **F. 20, L. 30:** Em que um desses
- **F. 20, L. 31:** que uma criança
- **F. 20, L. 37:** isto? e que tem
- **F. 23, L. 47:** dias, de rotações

- **F. 24, L. 9:** começamos crianças
- **F. 24, L. 16:** astrolar
- **F. 24, L. 24:** de arte prática
- **F. 24, L. 25:** artistas ocidentais
- **F. 24, L. 48:** comprometido, seu culto nem se impôs
- **F. 25, L. 9:** egípcia
- **F. 25, L. 31:** da ordem das leis
- **F. 25, L. 37:** de uma nova
- **F. 26, L. 1-2:** esta, e o teologismo não satisfez
- **F. 26, L. 2-3:** às condições de todos os
- **F. 26, L. 5:** e até certos pontos da
- **F. 26, L. 8:** aquele com que
- **F. 26, L. 43:** fosse possível
- **F. 26, L. 46:** atirar-nos a tudo
- **F. 26, L. 47:** determinada rota
- **F. 26, L. 51:** a definição do destino
- **F. 27, L. 48:** sabeis disto?
- **F. 28, L. 31:** fariam constituir a
- **F. 29, L. 28:** dirigindo as forças
- **F. 29, L. 35-36:** como já dizia
- **F. 29, L. 36-37:** existia a Humanidade
- **F. 30, L. 16:** em nenhum deles
- **F. 30, L. 20:** outras de ordem
- **F. 30, L. 36:** sem sentimento, sem inteligência, sem atividade
- **F. 30, L. 46:** o culto humano do
- **F. 31, L. 12:** a conexão das relações entre

ERROS MAIS IMPORTANTES:

Folha	Linha	Onde se lê	Leia-se
3	4	mental, ou	mental,
3	18	da razão	de razão
3	44	imp. ensa	imensa
4	2	dos meios	aos meios
4	39	egoísmo; pelo	egoísmo: pelo
4	51	descobertas, fará	descobertas; fará
4	51	certo; não	certo, não
5	44	mesma	mesmo
5	50	mendigo da	mendigo na
6	25-26	continua	continua
7	1	selculo	século
7	18	inteiros	inteiros (?)
7	38	/não/ se entreguem	não se entreguem
10	8	está	ele está
10	14	racionalmente	racionalmente

10	44	Appolonio	Apolônio
13	6	perfeiro	perfeito
13	32	que um animal	que é um animal
14	1	Trata-se	Trate-se
15	3	e ella que	é ela que
15	43	que nós	que nós
15	52	aberrada	aberrada
16	5	theria	teoria
17	45	o ponto de vista é a	é o ponto de vista da
18	30	aereação (aerostação)	aerostação
18	44	possuímos que	possuímos, que
19	2	sacerdote a	sacerdote, a
20	7	fatasticos	fantásticos
20	16	de nós, e	de nós; e
20	33	natrual	natural
21	4	Sim ir	Sim: ir
21	12	não vimos	não vimos um
21	46	c amar	chamar
23	22	pesamento	pensamento
23	32	colloco-me	coloco-me estritamente
23	41	segunda	Segunda
24	3	universaes e	universais, e
24	41	homem	homem,
24	49	submissão e	submissão, e
25	2	deses	deuses
25	45	theologico-religioso	religioso teológico
25	47	o milagre a a	o milagre é a
26	46	atirar-nos a	atirar-nos a (adorar) (?)
26	56	pois, que	pois, porque
27	30	industria	indústria,
30	20	outra da	outras da
30	21	sede	sede
30	35	a creação	uma criação
31	12	tempo a	tempo, a
32	7	orador,	orador, etc.
32	11	parantheses	parênteses
32	49	Gttemberg	Gutenberg
33	18	creação	ereção
33	21	phenomenos;	fenômenos,